

PERÍODO DE ANÁLISE
1.º TRIMESTRE



RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

RESPOSTA À
TEMPESTADE KRISTIN



FICHA TÉCNICA:

TÍTULO:

Relatório de Monitorização da Resposta à Tempestade Kristin

ELABORAÇÃO:

Divisão de Auditoria e Gestão de Risco

FORNECIMENTO DE DADOS E COLABORAÇÃO:

- Gabinete de Apoio à Presidência;
- Gabinete de Apoio à Vereação;
- Departamento Financeiro;
- Divisão de Controlo de Receita;
- Departamento de Compras Públicas;
- Departamento de Coesão Social;
- Departamento de Gestão Urbanística;
- Departamento de Conservação e Gestão Operacional;
- Divisão de Comunicação e Relações Públicas;
- Departamento de Modernização Administrativa e Gestão de Pessoas;
- Divisão Administrativa e de Modernização;
- Divisão de Sistemas de Informação Geográfica;
- Divisão de Gestão de Fundos Estruturais.

APROVAÇÃO:

Dr.^a Gonçalo Lopes, Presidente de Câmara Municipal

PUBLICAÇÃO:

Município de Leiria

Intranet: https://intranet.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=28113&direct_id=3864781

Internet: <https://www.cm-leiria.pt/municipio/camara-municipal/transparencia-municipal>

**ÍNDICE**

1. ENQUADRAMENTO	5
1.1. A tempestade	5
1.2. O enquadramento normativo	5
1.3. A importância da transparência	5
2. O RELATÓRIO: NATUREZA, METODOLOGIA E EVOLUÇÃO	7
3. DESPESA	8
4. RECEITA	16
5. FUNDOS E PROGRAMAS DE INVESTIMENTO	18
6. APÓLICE MULTIRISCOS	19
6.1 Edifícios com danos reportados e enquadramento em apólice	19
6.2 Vistorias e processos de peritagem	20
6.3 Distribuição territorial	21
6.4 Situação atual	21
7. CONSERVAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL	23
8. AÇÃO SOCIAL	24
8.1 Apoio alimentar de emergência	24
8.2 Transição para apoio alimentar estruturado	25
8.3 Apoio a pessoas desalojadas	25
8.4 Atendimento sociais	27
8.5 Resposta psicológica	28
9. GABINETE REERGUER LEIRIA	30
9.1 Enquadramento	30
9.2 Recursos Humanos	30
9.3 Entidades Parceiras Envolvidas	32
9.4 Deslocações às Freguesias	32
10. APOIOS À HABITAÇÃO	34
10.1 O processo de análise de candidaturas	34
10.2 Dados Operacionais	35
11. MEDIDAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA	38
12. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS	40
13. TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO	44
Anexo 1 – Detalhe da despesa acumulada relacionada com a tempestade <i>Kristin</i>, por rubrica	46
Anexo 2 – Modelo de governação e domínio da informação	49

**ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 - Comparação do n.º de procedimentos de contratação pública até 31 de março de 2025 e 2026	8
Figura 2 - Comparação da despesa paga em março de 2025 e março de 2026	9
Figura 3 - Distribuição do valor adjudicado por rubrica no âmbito da resposta à tempestade <i>Kristin</i> (até março de 2026).....	10
Figura 4 - Distribuição do valor adjudicado na área de Espaços Verdes, por tipologia de intervenção (até março de 2026).....	11
Figura 5 - Distribuição do valor adjudicado na área do Ambiente, por tipologia de intervenção (até março de 2026).....	12
Figura 6 - Distribuição do valor adjudicado na área Escolas, por tipologia de intervenção (até março de 2026)	13
Figura 7 - Distribuição do valor adjudicado na área Mobilidade, Transportes e Trânsito, por tipologia de intervenção (até março de 2026)	14
Figura 8 - Distribuição do valor adjudicado na área da Ação Social, por tipologia de intervenção (até março de 2026).....	15
Figura 9 – Evolução da receita total arrecadada (março de 2025 vs. março de 2026)	16
Figura 10 - Caracterização dos ativos patrimoniais: situação face a danos e enquadramento no âmbito de apólices	19
Figura 11 - Evolução do número de agregados familiares apoiados no âmbito da resposta alimentar de emergência (30 de janeiro a 27 de fevereiro de 2026).....	24
Figura 12 - Evolução do número de agregados familiares apoiados no âmbito do programa de Cabazes Solidários, por período (23 de fevereiro a 27 de março de 2026)	25
Figura 13 - Evolução do número de pessoas desalojadas por tipologia de resposta habitacional	26
Figura 14 – Evolução dos atendimentos sociais por tipologia de intervenção e volume total.....	27
Figura 15 - Evolução dos atendimentos psicológicos por tipologia de intervenção e volume total.....	28
Figura 16 – Vista geral do espaço de atendimento ao público – Gabinete Reerguer Leiria	30
Figura 17 - Vista dos espaços de entendimento personalizado instalados no Mercado Santana	31
Figura 18 – Número de atendimentos realizados no Gabinete Reerguer Leiria, entre os dias 10 de fevereiro e 7 de abril.	31
Figura 19 - Cartaz informativo do atendimento descentralizado do Gabinete Reerguer Leiria.	32
Figura 20 - Número de atendimentos por localidade no âmbito do Gabinete Reerguer Leiria	33
Figura 21 – Distribuição das candidaturas rececionadas	35
Figura 22 – Distribuição geográfica das candidaturas ativas por freguesia (com exclusão das que foram devolvidas).....	36
Figura 23 - Estado das candidaturas e indicadores de desempenho.....	36
Figura 24 - Visita institucional do Senhor Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.....	40
Figura 25 - Visita institucional de Sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.	40



Figura 26 - Visita institucional do Senhor Comissário Europeu para a Agricultura e Alimentação, e do Senhor Ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes.	41
Figura 27 – Reunião com a presença da Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes.	41
Figura 28 – Reunião com Senhora Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho e Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, Jean Barroca.	43
Figura 29 – Participação do Senhor Governador do Banco de Portugal, Álvaro Pereira na Conferência “Leiria: Economia, Risco e Resiliência depois da tempestade Kristin”.	43
Figura 30 – Visita institucional da Senhora Ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice	43
Figura 31 - % de publicações efetuadas na página de Facebook, com relação direta com a tempestade, classificadas segundo a sua finalidade comunicacional, no período entre 28 de janeiro e 31 de março.	45

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Despesa acumulada no âmbito da resposta à Tempestade Kristin, desagregada por rubrica e fase do ciclo da despesa (cabimento, adjudicação e pagamento), até 31 de março de 2026	8
Tabela 2 - Receita associada à tempestade <i>Kristin</i> (valores acumulados até março de 2026)	16
Tabela 3 - Distribuição do número de ativos com dano por freguesia.....	21
Tabela 4 - Recursos humanos afetos à análise de candidaturas	35
Tabela 5 - Relações interinstitucionais realizadas no âmbito da tempestade <i>Kristin</i> (janeiro de 2026)	40
Tabela 6 - Relações interinstitucionais realizadas no âmbito da tempestade <i>Kristin</i> (fevereiro de 2026).....	41
Tabela 7 - Relações interinstitucionais realizadas no âmbito da tempestade <i>Kristin</i> (março de 2026).....	43



1. ENQUADRAMENTO

1.1. A tempestade

Na madrugada de 28 de janeiro de 2026, o concelho de Leiria foi severamente afetado por um fenómeno meteorológico extremo, resultante de um núcleo depressionário formado no bordo sul da tempestade Joseph, o qual evoluiu através de um processo de ciclogénese explosiva a oeste da costa ocidental portuguesa. Este fenómeno foi designado pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) como tempestade *Kristin*.

Os efeitos desta ocorrência revelaram-se de excecional gravidade, não apenas no concelho de Leiria, mas também em diversos concelhos limítrofes, tendo sido registadas vítimas mortais e feridos, danos extensos em infraestruturas públicas e privadas, queda generalizada de árvores, constrangimentos significativos na circulação rodoviária e interrupções relevantes no fornecimento de serviços essenciais.

Face à dimensão e severidade dos impactos, tornou-se necessária uma resposta imediata, coordenada e articulada por parte dos serviços municipais, implicando a mobilização urgente e prioritária de recursos humanos, técnicos e financeiros, com vista à execução de ações de proteção civil, resposta de emergência, reposição de infraestruturas e apoio direto às populações afetadas.

1.2. O enquadramento normativo

Atendendo às condições meteorológicas extremas verificadas no dia 28 de janeiro e nos dias subsequentes, bem como à extensão dos danos registados, foi declarada a situação de calamidade através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, com efeitos entre as 00h00 do dia 28 de janeiro de 2026 e as 23h59 do dia 1 de fevereiro de 2026, abrangendo um conjunto de concelhos afetados, incluindo o concelho de Leiria. Considerando a persistência das condições adversas e o agravamento dos danos verificados, a situação de calamidade foi objeto de prorrogação e alargamento territorial através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-C/2026, de 1 de fevereiro, tendo sido posteriormente prorrogada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24-A/2026, de 5 de fevereiro, até às 23h59 do dia 15 de fevereiro de 2026.

No contexto da resposta à tempestade *Kristin*, importa ainda salientar a relevância do Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, o qual veio estabelecer um regime excecional e temporário de simplificação administrativa e financeira destinado à reconstrução e reabilitação de património e das infraestruturas localizadas nos concelhos afetados.

Este enquadramento jurídico constituiu um instrumento determinante para viabilizar uma resposta eficaz e atempada, designadamente ao nível da contratação pública e da execução de despesa.

1.3. A importância da transparência

A atuação do Município de Leiria desenvolveu-se num quadro de urgência e necessidade imperiosa de intervenção, exigindo a conciliação entre a rapidez de resposta e o rigor procedimental, assegurando simultaneamente a rastreabilidade das decisões e a prestação de contas perante os cidadãos e demais entidades.

Em contextos de excecionalidade, como o que decorre da tempestade *Kristin*, a transparência assume uma relevância acrescida, constituindo um elemento essencial para a salvaguarda da confiança pública e para a legitimação da atuação administrativa. Neste sentido, o Município de Leiria deve procurar assegurar que todas as decisões tomadas no âmbito da resposta à tempestade sejam devidamente fundamentadas, registadas e



passíveis de escrutínio, mantendo elevados padrões de exigência no que respeita à gestão de recursos públicos e à observância dos princípios da boa administração.

A transparência não se esgota, contudo, no cumprimento de obrigações legais de publicidade, assumindo igualmente uma dimensão ativa, traduzida na disponibilização de informação clara, estruturada e compreensível para os cidadãos, promovendo uma cultura de abertura e responsabilização.

No contexto em análise, está em causa uma lógica de transparência reforçada, adequada às circunstâncias excecionais verificadas, implicando um nível acrescido de exigência quanto à clareza, consistência e publicidade dos atos e procedimentos adotados.

O presente relatório insere-se neste compromisso, tendo como objetivo apresentar, de forma sistematizada e inteligível, a atividade desenvolvida pelo Município de Leiria no âmbito da tempestade *Kristin*, evidenciando as medidas adotadas, os recursos mobilizados e os mecanismos de controlo e transparência implementados.



2. O RELATÓRIO: NATUREZA, METODOLOGIA E EVOLUÇÃO

O presente relatório foi elaborado no âmbito do reforço dos mecanismos de transparência, monitorização e prestação de contas associados à resposta municipal à tempestade *Kristin*.

A sua elaboração decorre do disposto no Despacho n.º 60/2026, de 19 de março, o qual determinou a produção de relatórios trimestrais de transparência, com o objetivo de assegurar a divulgação sistemática e estruturada da informação relativa à atividade municipal desenvolvida neste contexto excecional, bem como a rastreabilidade das decisões e a consolidação dos dados relevantes para efeitos de escrutínio interno e externo.

O relatório assume, assim, uma natureza eminentemente informativa e analítica, procurando apresentar, de forma integrada, a atuação do Município de Leiria no período em análise, estruturando-se em diferentes dimensões de intervenção, designadamente: despesa, receita, fundos e projetos de investimento, resposta social, organização interna, transparência e comunicação.

Do ponto de vista metodológico, a informação constante do presente documento resulta da recolha e tratamento de dados provenientes de diversas unidades orgânicas, bem como de sistemas de informação internos, designadamente plataformas de gestão financeira, registos de contratação pública, bases de dados operacionais e relatórios setoriais.

Importa, contudo, salientar que a elaboração do presente relatório esteve sujeita a um conjunto de condicionantes, decorrentes, desde logo, do caráter recente e dinâmico dos processos em curso, bem como da dispersão e heterogeneidade das fontes de informação, num contexto marcado por elevada exigência operacional e pela necessidade de resposta imediata aos impactos da tempestade. Acresce que alguns processos, designadamente ao nível da execução financeira, das candidaturas a apoios e das peritagens associadas a danos patrimoniais, se encontram ainda em fase de instrução, podendo os dados apresentados ser objeto de atualização em momentos subsequentes.

Importa ainda salientar que o presente relatório constitui o **primeiro exercício sistematizado de reporte trimestral** no âmbito da resposta municipal à tempestade *Kristin*, assumindo, por natureza, um caráter inicial e progressivo.

Neste sentido, a sua elaboração deve ser entendida como parte de um **processo evolutivo de consolidação de informação**, no qual se antevê um progressivo reforço da qualidade, completude e granularidade dos dados disponíveis, à medida que os processos em curso atingem fases mais avançadas de instrução e execução.

Com efeito, a natureza dinâmica dos procedimentos — designadamente ao nível da execução financeira, das candidaturas a apoios, dos processos de peritagem e da recolha de informação operacional — condiciona, nesta fase, a exaustividade dos dados apresentados, sendo expectável que os relatórios subsequentes venham a beneficiar de **maior maturidade informacional e estabilidade dos registos**.

Paralelamente, a experiência adquirida com o presente exercício permitirá **aperfeiçoar os mecanismos de recolha, tratamento e validação de dados**, bem como introduzir melhorias ao nível da estrutura, conteúdo e indicadores de análise, contribuindo para uma evolução contínua do modelo de reporte e para o reforço dos princípios da transparência e da prestação de contas.



3. DESPESA

No âmbito da resposta municipal à tempestade *Kristin*, o Município de Leiria desencadeou um conjunto alargado de procedimentos de contratação pública destinados à aquisição de bens e serviços estritamente necessários à reposição da normalidade, à salvaguarda de pessoas e bens e à recuperação de equipamentos e infraestruturas municipais afetadas.

Segundo informação do Departamento de Compras Públicas regista-se um **aumento de 103% do número de processos rececionados e distribuídos aos serviços da contratação pública**, quando comparado com o período homólogo (31/01/2025-31/01/2026).



Figura 1 - Comparação do n.º de procedimentos de contratação pública até 31 de março de 2025 e 2026

Fonte: Informação disponibilizada pelo Departamento de Compras Públicas

Importa salientar que o valor apurado em 2025 já integrava um volume expressivo de procedimentos associados à Feira de Maio, tradicionalmente geradora de elevada atividade contratual. Neste contexto, o crescimento verificado em 2026 assume particular relevância, uma vez que ocorre na ausência desse fator, refletindo um aumento efetivo e extraordinário da atividade, diretamente associado à resposta à tempestade.

Com base no Relatório Financeiro de março de 2026, verifica-se que o montante global cabimentado ascende a 14 669 224,33 €, tendo sido adjudicado o valor de 10 338 788,52 €, dos quais se encontravam pagos, até ao final de março, 1 937 908,61 €.

Descrição	Cabimentado	% por rubrica	Adjudicado	Valor pago até março
Ação Social	429 462,81 €	2,93%	467 619,63 €	237 541,40 €
Ambiente	3 329 367,17 €	22,70%	2 025 645,35 €	215 146,78 €
Bombeiros e Proteção Civil	928 004,79 €	6,33%	429 219,55 €	144 105,91 €
Combustíveis	200 265,22 €	1,37%	185 057,01 €	153 666,25 €
Edifícios Municipais ou sob a sua gestão	977 640,10 €	6,66%	260 570,24 €	172 797,79 €
Escolas	2 671 246,37 €	18,21%	1 363 012,01 €	339 366,57 €
Espaços Verdes	3 097 765,29 €	21,12%	3 063 535,04 €	18 874,95 €
Limpeza e Higiene	11 065,07 €	0,08%	11 065,07 €	- €
Locação de equipamentos	527 811,00 €	3,60%	497 124,34 €	321 925,48 €
Manutenção de espaços públicos	231 891,65 €	1,58%	231 891,65 €	76 555,20 €
Mobilidade, Transportes e Trânsito	1 579 327,06 €	10,77%	1 510 394,76 €	128 997,49 €
Outros	176 688,73 €	1,20%	131 587,81 €	111 527,27 €
Vias e Taludes	459 260,86 €	3,13%	112 637,83 €	- €
Viaturas	3 116,89 €	0,02%	3 116,90 €	1 581,83 €
Vigilância e Segurança	46 311,32 €	0,32%	46 311,32 €	15 821,69 €
TOTAL DAS DESPESAS	14 669 224,33 €	100,00%	10 338 788,52 €	1 937 908,61 €

Tabela 1 - Despesa acumulada no âmbito da resposta à tempestade *Kristin*, desagregada por rubrica e fase do ciclo da despesa (cabimento, adjudicação e pagamento), até 31 de março de 2026

Fonte: Relatório financeiro elaborado pelo Departamento Financeiro (março de 2026)



À data de março de 2026, a taxa de execução global situava-se em aproximadamente **18,74%**¹, refletindo um nível de execução ainda em fase inicial, compatível com o caráter recente das adjudicações e com os prazos inerentes à execução contratual e à liquidação da despesa.

Importa salientar que a relação entre os montantes cabimentados, adjudicados e efetivamente pagos revela a existência de um desfasamento temporal expectável, associado à fase de execução dos contratos e aos procedimentos inerentes à liquidação da despesa, nos termos do ciclo orçamental e financeiro previsto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

No que respeita à **comparação homóloga da despesa paga**, verifica-se que, em março de 2026, o Município registou um montante de 24 819 899,03 €, face a 23 232 073,54 € no período homólogo de 2025, correspondendo a uma **variação absoluta de 1 587 825,49 €** e a um acréscimo relativo de 6,83%.

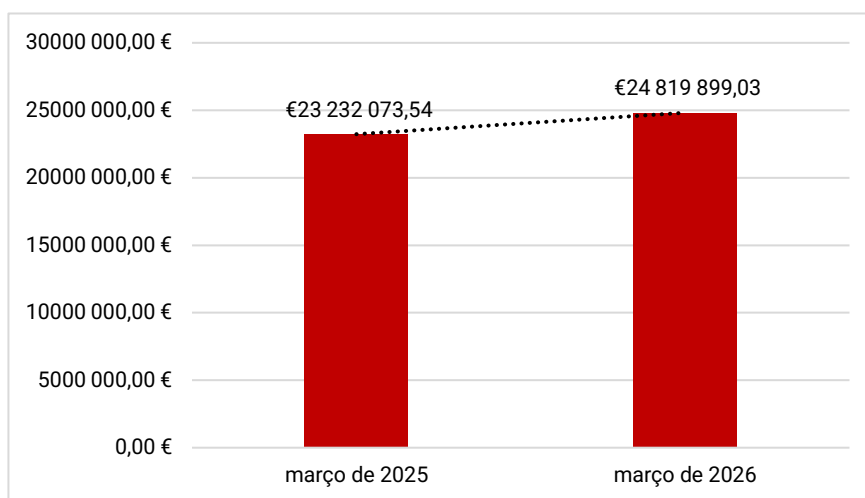


Figura 2 - Comparação da despesa paga em março de 2025 e março de 2026

Fonte: Relatórios financeiros elaborados pela Divisão Financeira (março de 2025) e pelo Departamento Financeiro (março de 2026)

O gráfico demonstra um aumento moderado da despesa total paga em março de 2026, quando comparado com o período homólogo de 2025.

O acréscimo da despesa verificado até março de 2026 não reflete ainda, na sua plenitude, o impacto financeiro da resposta municipal à tempestade *Kristin*. Atendendo ao desfasamento temporal inerente à execução contratual e à fase de liquidação da despesa, nos termos do ciclo da despesa pública previsto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro é expectável um aumento mais expressivo da despesa paga no decurso do trimestre seguinte.

Para efeitos de análise da distribuição da despesa no âmbito da resposta municipal à tempestade *Kristin*, optou-se por privilegiar a representação do **valor adjudicado**, por corresponder ao momento de vinculação jurídica da despesa e refletir, com maior rigor, a dimensão efetiva da intervenção municipal.

¹ A taxa de execução global apresentada foi apurada com base na relação entre o montante de despesa efetivamente pago e o valor total adjudicado, refletindo o grau de execução financeira dos compromissos assumidos. Para o efeito, foi utilizada a seguinte fórmula: Taxa de execução (%) = (Valor pago / Valor adjudicado) × 100
A métrica não corresponde à taxa de execução orçamental em sentido estrito. A opção pela utilização do valor adjudicado como referência decorre da sua maior adequação à análise da execução em contexto de contratação pública, por traduzir o momento de vinculação jurídica da despesa.

Neste contexto, apresenta-se infra a distribuição do valor adjudicado por rúbrica, permitindo evidenciar as áreas de intervenção que concentraram maior volume de recursos, em função das necessidades operacionais decorrentes dos danos provocados pela intempérie.



Figura 3 - Distribuição do valor adjudicado por rúbrica no âmbito da resposta à tempestade *Kristin* (até março de 2026)

Fonte: Relatório financeiro elaborado pelo Departamento Financeiro (março de 2026), com base em dados fornecidos pelo Departamento de Compras Públicas.

A análise da distribuição por rúbrica evidencia uma afetação diferenciada dos recursos, em função das necessidades operacionais mais prementes, destacando-se:

- Espaços Verdes**, que concentra o maior volume de valor adjudicado, refletindo a intensidade das intervenções associadas à remoção de árvores caídas, limpeza de massas vegetais, desobstrução de vias e estabilização de áreas afetadas, na sequência direta dos efeitos da intempérie;
- Ambiente**, com expressão significativa, essencialmente relacionada com a recolha, transporte e encaminhamento de resíduos resultantes das ocorrências, incluindo resíduos volumosos e situações excecionais de deposição descontrolada;
- Escolas**, evidenciando o esforço municipal na reposição célere das condições mínimas de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, através de soluções provisórias e da realização de intervenções de reparação estrutural;
- Mobilidade, Transportes e Trânsito**, abrangendo intervenções em sinalização rodoviária, abrigos de transporte público, sistemas tecnológicos e equipamentos de apoio à segurança e fluidez da circulação;
- Ação Social**, que assume particular relevância no contexto da resposta de emergência, designadamente através da disponibilização de soluções habitacionais temporárias (*mobile homes*) e da implementação de medidas de apoio direto às populações, como a Operação Telhado Solidário.

Sem prejuízo da análise global anteriormente apresentada, impõe-se uma leitura desagregada da despesa por áreas de intervenção, com vista à identificação das principais dinâmicas de afetação de recursos, bem como à avaliação da adequação das respostas implementadas face aos danos verificados.



A. Espaços Verdes

No domínio dos Espaços Verdes, apresenta-se a distribuição do valor adjudicado por tipo de intervenção, evidenciando o peso relativo das principais ações desenvolvidas no âmbito da resposta à tempestade.

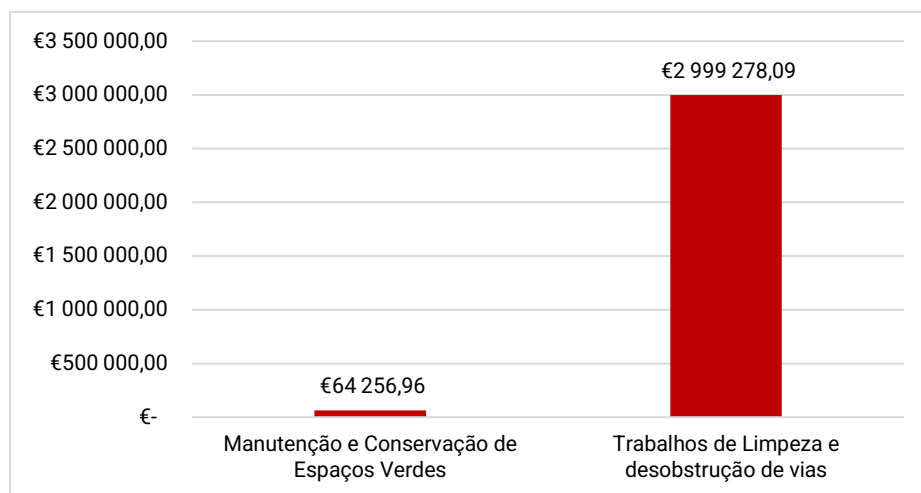


Figura 4 - Distribuição do valor adjudicado na área de Espaços Verdes, por tipologia de intervenção (até março de 2026)

Fonte: Registo central de contratação Kristin, agregado pelo Departamento de Compras Públicas

Assim, verifica-se que a afetação dos recursos incidiu predominantemente em intervenções de carácter corretivo e de emergência, em resposta aos danos provocados pela intempérie, designadamente ao nível da obstrução de vias e acumulação de material vegetal.

A rubrica “Trabalhos de Limpeza e desobstrução de vias” assume um peso predominante, representando aproximadamente 97,89% do valor total adjudicado nesta área, no montante de 2 999 278,09 €, configurando-se como a principal tipologia de intervenção desenvolvida. Estas ações permitiram assegurar a reposição célere das condições de circulação e segurança no espaço público, através da remoção de árvores, detritos e outros materiais resultantes da tempestade.

Por seu turno, a rubrica “Manutenção e Conservação de Espaços Verdes”, correspondente a cerca de 2,11% do valor adjudicado (64 256,96 €), apresenta uma expressão significativamente reduzida. Nesta rubrica integram-se intervenções de natureza corretiva e preventiva, destinadas à estabilização, recuperação e preservação do património arbóreo e dos espaços verdes municipais afetados pela tempestade. Estas intervenções distinguem-se das ações de limpeza e desobstrução imediata, assumindo um carácter mais técnico e especializado, orientado para a reposição das condições de segurança, funcionalidade e sustentabilidade dos espaços verdes no médio prazo².

² Designadamente serviços de tutoragem de árvores, serviços de consolidação de elementos arbóreos, de consultoria técnica especializada em arborização urbana e fornecimento e aplicação de relva em tapete, destinado à reposição de coberturas vegetais em áreas degradadas.



B. Ambiente

No domínio do Ambiente, verifica-se que a afetação dos recursos incidiu predominantemente em intervenções de gestão de resíduos e limpeza urbana, em resposta à acumulação excecional de materiais resultantes da intempérie.

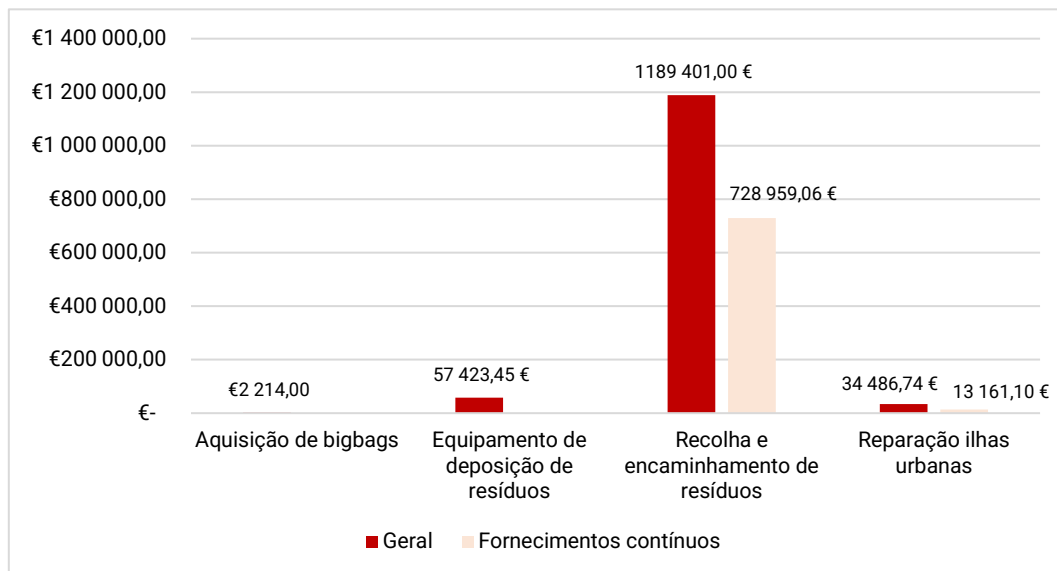


Figura 5 - Distribuição do valor adjudicado na área do Ambiente, por tipologia de intervenção (até março de 2026)

Fonte: Registo central de contratação Kristin, agregado pelo Departamento de Compras Públicas

A análise da figura supra evidencia que a rubrica “Recolha e encaminhamento de resíduos” assume um peso claramente dominante, representando aproximadamente 94,70 % do valor total adjudicado, no montante de 1 918 360,07 €, configurando-se como a principal tipologia de intervenção nesta área. Esta predominância reflete a necessidade de assegurar a remoção célere de resíduos, incluindo materiais volumosos, detritos vegetais e outros materiais resultantes das ocorrências.

Por seu turno, a rubrica “Equipamento de deposição de resíduos”, correspondente a cerca de 2,83 % do valor adjudicado (57 423,45 €), assume uma natureza complementar, destinada a apoiar as operações de recolha e gestão de resíduos no território.

A rubrica “Reparação ilhas urbanas”, com um peso de aproximadamente 2,35% (47 647,84 €), reflete intervenções associadas à reposição das condições de funcionamento dos equipamentos afetados.

Por fim, a rubrica “Aquisição de *bigbags*” apresenta uma expressão residual (0,11%), tendo sido utilizada como solução pontual de apoio às operações de acondicionamento e remoção de resíduos.

Em termos globais, a distribuição da despesa nesta área evidencia uma clara concentração dos recursos nas operações de recolha e encaminhamento de resíduos, em coerência com a natureza dos impactos verificados, marcados pela acumulação generalizada de materiais no território e pela necessidade de reposição urgente das condições de salubridade e funcionamento dos serviços urbanos.

C. Escolas

No domínio das Escolas, verifica-se que a afetação dos recursos incidiu predominantemente em soluções de caráter provisório e em intervenções destinadas à reposição das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, em resposta aos danos provocados pela intempérie.



Para uma melhor compreensão da estrutura da despesa nesta área, apresenta-se infra a distribuição do valor adjudicado por tipologia de intervenção, evidenciando o peso relativo das principais ações desenvolvidas no âmbito da resposta municipal à tempestade *Kristin*.

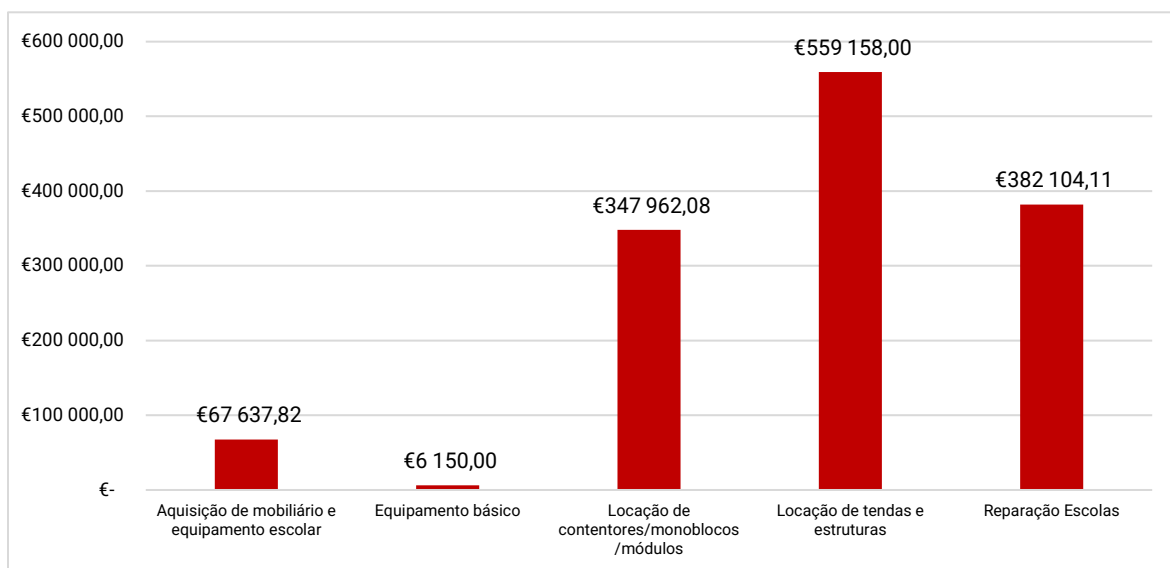


Figura 6 - Distribuição do valor adjudicado na área Escolas, por tipologia de intervenção (até março de 2026)

Fonte: Registo central de contratação Kristin, agregado pelo Departamento de Compras Públicas

A análise da figura evidencia que a rubrica **“Locação de tendas e estruturas”** assume o maior peso relativo, representando aproximadamente **41,02% do valor total adjudicado**, no montante de **559 158,00 €**, refletindo a necessidade de criação de soluções temporárias que permitissem assegurar o normal funcionamento das atividades escolares.

Por seu turno, a rubrica **“Reparação de escolas”**, correspondente a cerca de **28,03% do valor adjudicado (382 104,11 €)**, evidencia o esforço de recuperação das infraestruturas danificadas, visando a reposição das condições de segurança e utilização dos edifícios escolares.

A rubrica **“Locação de contentores/monoblocos/módulos”**, com um peso de aproximadamente **25,53% (347 962,08 €)**, constitui igualmente uma solução relevante de caráter provisório, permitindo acomodar atividades letivas em espaços alternativos.

Por fim, as rubricas **“Aquisição de mobiliário e equipamento escolar” (4,96%)** e **“Equipamento básico” (0,45%)** apresentam uma expressão reduzida, correspondendo a intervenções complementares de apetrechamento dos espaços afetados.

Em termos globais, a distribuição da despesa nesta área evidencia uma estratégia assente na combinação de soluções provisórias imediatas com intervenções de recuperação das infraestruturas, assegurando simultaneamente a continuidade do serviço educativo e a reposição progressiva das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

D. Mobilidade, Transportes e Trânsito

No domínio da Mobilidade, Transportes e Trânsito, verifica-se que a afetação dos recursos incidiu predominantemente em intervenções associadas à reposição das condições de circulação e segurança rodoviária, em resposta aos danos provocados pela intempérie.



Para uma melhor compreensão da estrutura da despesa nesta área, apresenta-se infra a distribuição do valor adjudicado por tipologia de intervenção, evidenciando o peso relativo das principais ações desenvolvidas no âmbito da resposta municipal à tempestade *Kristin*.

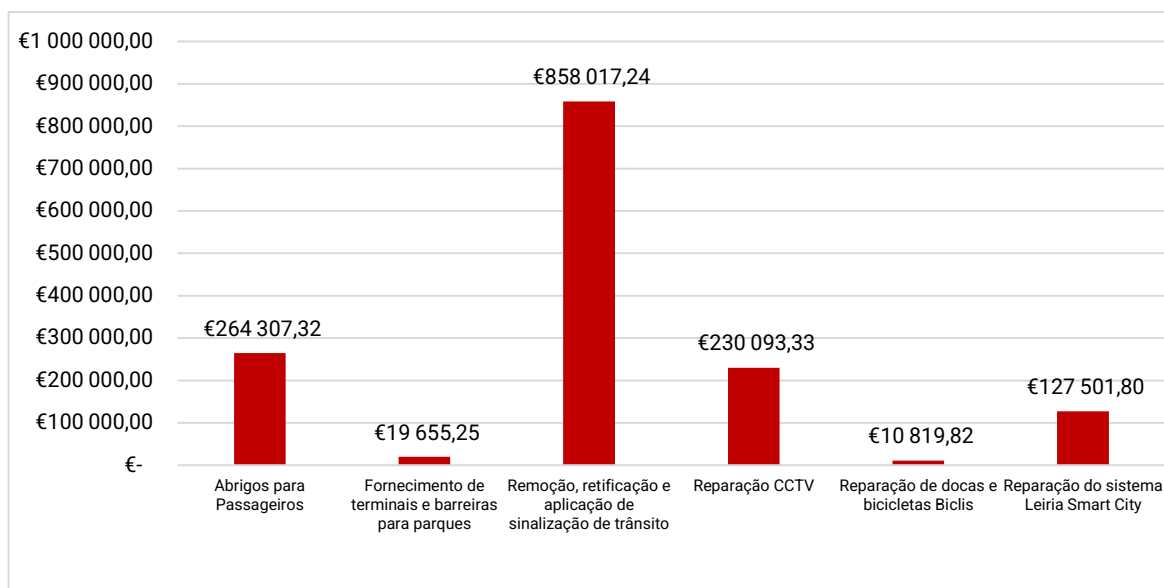


Figura 7 - Distribuição do valor adjudicado na área Mobilidade, Transportes e Trânsito, por tipologia de intervenção (até março de 2026)

Fonte: Registo central de contratação Kristin, agregado pelo Departamento de Compras Públicas

A análise da figura evidencia que a rubrica “Remoção, retificação e aplicação de sinalização de trânsito” assume um peso claramente dominante, representando aproximadamente 56,81 % do valor total adjudicado, no montante de 858 017,24 €, configurando-se como a principal tipologia de intervenção nesta área. Esta predominância reflete a necessidade de reposição urgente da sinalização rodoviária e das condições de segurança da circulação.

A rubrica “Abrigos para Passageiros”, correspondente a cerca de 17,50 % do valor adjudicado (264 307,32 €), reflete intervenções associadas à reposição ou substituição de estruturas afetadas, assegurando condições adequadas de utilização do transporte público.

Por seu turno, a rubrica “Reparação CCTV”, com um peso de aproximadamente 15,23 % (230 093,33 €), evidencia intervenções ao nível dos sistemas de videovigilância e monitorização urbana, essenciais ao normal funcionamento das infraestruturas de apoio à mobilidade.

A rubrica “Reparação do sistema Leiria Smart City”, correspondente a cerca de 8,44 % (127 501,80 €), reflete intervenções associadas à reposição de sistemas tecnológicos afetados pela intempérie.

As restantes rubricas apresentam uma expressão residual, designadamente “Fornecimentos terminais e barreiras” (1,30 %) e “Reparação de docas e bicicletas Biclis”, com impacto financeiro pouco significativo, correspondendo a intervenções pontuais de suporte à rede de mobilidade.

Em termos globais, a distribuição da despesa nesta área evidencia uma clara prioridade atribuída às intervenções diretamente relacionadas com a segurança e operacionalidade da circulação rodoviária, em coerência com a natureza dos impactos verificados.



E. Ação Social

Para uma melhor compreensão da estrutura da despesa na área da Ação Social, apresenta-se infra a distribuição do valor adjudicado por tipologia de intervenção, evidenciando o peso relativo das principais medidas adotadas no âmbito da resposta municipal à tempestade.

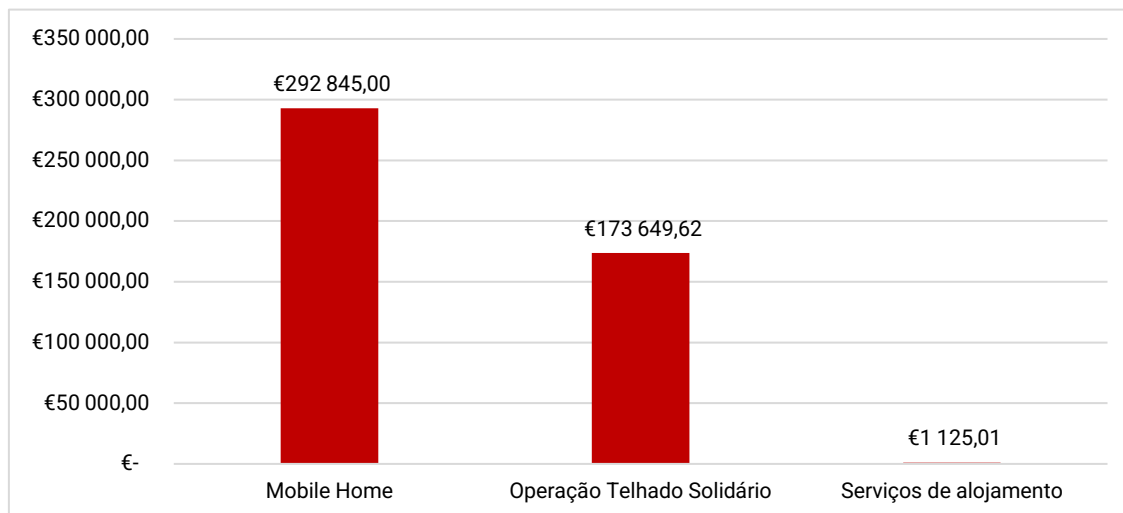


Figura 8 - Distribuição do valor adjudicado na área da Ação Social, por tipologia de intervenção (até março de 2026)

Fonte: Registo central de contratação Kristin, agregado pelo Departamento de Compras Públicas

No domínio da Ação Social, verifica-se que a afetação dos recursos incidu predominantemente em respostas de natureza habitacional, em função das situações de inabitabilidade identificadas no concelho na sequência da intempérie.

A rubrica “Mobile Home” assume um peso claramente dominante, representando 62,62% do valor total adjudicado, configurando-se como a principal solução de alojamento temporário adotada pelo Município. Esta opção permitiu assegurar uma resposta célere e adequada às necessidades imediatas dos agregados familiares afetados, garantindo condições mínimas de habitabilidade em contexto de emergência.

Por seu turno, a “Operação Telhado Solidário”, correspondente a 37,13 % do valor adjudicado, constituiu uma medida de carácter complementar, orientada para a recuperação de habitações danificadas, visando a reposição das condições de habitabilidade e a redução da necessidade de soluções provisórias de alojamento.

Por fim, a rubrica “Serviços de alojamento” apresenta uma expressão residual (0,24 %), tendo sido mobilizada de forma pontual e transitória, essencialmente em situações que exigiram resposta imediata e de curta duração.

Em termos globais, a distribuição da despesa nesta área evidencia uma estratégia assente na conjugação de soluções de emergência imediata com intervenções orientadas para a reposição progressiva das condições de habitabilidade, refletindo uma abordagem integrada e ajustada à natureza dos impactos verificados.



4. RECEITA

No que se refere à receita, expõe-se abaixo a receita associada à tempestade *Kristin*, acumulada até ao período em análise:

Descrição	Valor
Indemnização seguros	6 500 000,00 €
Outras receitas	19 200,00 €
Total	6 519 200,00 €

Tabela 2 - Receita associada à tempestade *Kristin* (valores acumulados até março de 2026)

Fonte: Relatório financeiro elaborado pelo Departamento Financeiro (março de 2026)

Da análise do quadro supra, destaca-se, desde logo, a predominância da indemnização recebida ao abrigo de apólice de seguro, no montante de 6 500 000,00 €, a qual assume um peso claramente determinante na estrutura da receita associada ao evento. Este montante corresponde a um adiantamento da indemnização relativa aos danos provocados pela tempestade, evidenciando a relevância dos mecanismos de transferência de risco na mitigação do impacto financeiro suportado pelo Município.

Por outro lado, as restantes receitas, de expressão residual (19 200,00 €), resultam da alienação de materiais provenientes das operações de limpeza e remoção, designadamente materiais ferrosos e não ferrosos, bem como resíduos de madeira (estilha), traduzindo uma lógica de valorização de subprodutos decorrentes da intervenção operacional.

Apresenta-se, de seguida, a evolução da receita total arrecadada, por comparação com o período homólogo, com referência ao mês de março de 2025 e março de 2026.

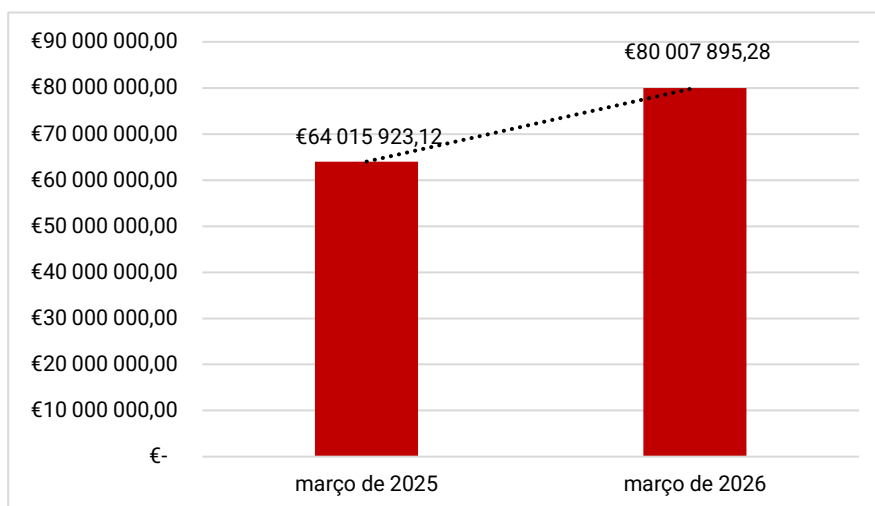


Figura 9 – Evolução da receita total arrecadada (março de 2025 vs. março de 2026)

Fonte: Relatórios financeiros elaborados pela Divisão Financeira (março de 2025) e pelo Departamento Financeiro (março de 2026)

O gráfico evidencia um aumento significativo da receita total entre março de 2025 e março de 2026, passando de 64 015 923,12 € para 80 007 895,28 €, o que corresponde a uma variação positiva de 15 991 972,16 € (+24,98%).



Este crescimento encontra-se fortemente influenciado por fatores de natureza extraordinária, em particular pelo registo do adiantamento de indemnização ao abrigo da apólice de seguros multirriscos, no contexto da resposta à tempestade.

Neste sentido, importa sublinhar que a evolução observada não traduz, de forma integral, um aumento estrutural da capacidade de arrecadação do Município, devendo a sua leitura ser efetuada com prudência, distinguindo-se o impacto de receitas não recorrentes da evolução das componentes regulares da receita.



5. FUNDOS E PROGRAMAS DE INVESTIMENTO

No âmbito da resposta e recuperação decorrente da tempestade *Kristin*, foi igualmente analisada a existência de financiamento associado a fundos externos e a projetos de investimento estruturados³.

Contudo, até à data de 31 de março de 2026, não foram identificadas candidaturas, montantes de receita, financiamento aprovado ou execução financeira associados a fundos comunitários, nacionais ou a projetos de investimento especificamente enquadrados na resposta ao evento.

Esta ausência encontra justificação no facto dos procedimentos de financiamento externo, embora anunciados, não tenham apresentado, até dia 31 de março de 2026, a necessária materialização e formalização, permitindo assim a densificação de uma candidatura.

Não obstante, importa referir que a eventual mobilização de fundos externos e o desenvolvimento de projetos de investimento associados à recuperação e reconstrução do território constituem instrumentos relevantes e prioritários, cuja concretização deverá ser objeto de acompanhamento em fases subsequentes.

³ A presente informação teve por base o relatório financeiro do mês de março elaborado pelo Departamento Financeiro, o qual comporta dados disponibilizados pela Divisão de Gestão de Fundos Estruturais.

6. APÓLICE MULTIRISCOS

No âmbito da resposta à tempestade *Kristin*, assume particular relevância o acionamento da apólice de seguro existentes, enquanto instrumento de mitigação do impacto financeiro associado aos danos registados no património municipal.

O levantamento dos danos pelos serviços municipais iniciou-se logo após a ocorrência da tempestade, tendo sido realizado uma reunião com a seguradora no dia 30 de janeiro, tendo as peritagens tido início nessa mesma data.

Em termos organizativos, foi criada uma base de dados centralizada pelo Departamento Financeiro para registo e monitorização dos ativos afetados, tendo sido realizadas vistorias internas com recolha de evidência e assegurado o acompanhamento das peritagens por técnicos municipais, em articulação com os peritos designados pela seguradora.

Importa referir que os processos se encontram ainda em fase de instrução, não sendo, à presente data, possível determinar os montantes indemnizatórios associados.

6.1 Edifícios com danos reportados e enquadramento em apólice

No âmbito do levantamento efetuado, foram identificados 521 ativos patrimoniais, correspondentes aos bens abrangidos pela apólice multiriscos do Município, bem como a bens adicionais que sofreram danos na sequência da tempestade e que não constavam explicitamente da apólice.

A classificação dos equipamentos quanto à existência de danos foi efetuada com base na informação disponível, designadamente descrições técnicas e registos fotográficos.

Com vista a uma leitura sintética e integrada desta informação, apresenta-se na Figura 9 a respetiva representação gráfica, a qual evidencia a distribuição dos ativos quanto à existência de danos e, no universo dos ativos danificados, o respetivo enquadramento no âmbito das apólices de seguro.

A unidade de análise considerada corresponde ao bem patrimonial identificado na base de dados.

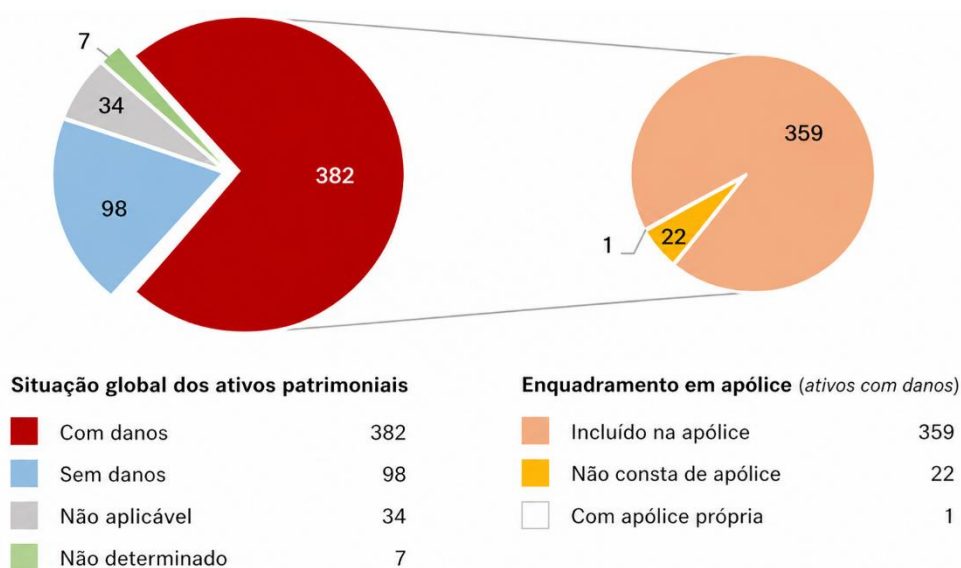


Figura 10 - Caracterização dos ativos patrimoniais: situação face a danos e enquadramento no âmbito de apólices

Fonte: Relatório de acompanhamento dos danos e do processo de indemnização no âmbito da apólice multiriscos – Tempestade “Kristin” (1.º trimestre de 2026) elaborado pelo Departamento Financeiro.



Da análise efetuada à caracterização dos ativos patrimoniais, constata-se que, do universo de 521 ativos identificados, a maioria significativa — correspondente a 382 ativos (73%) — apresenta danos associados, evidenciando o impacto expressivo do evento ocorrido sobre o património municipal.

Em contrapartida, os restantes 139 ativos (27%) não registam danos ou não dispõem de informação suficiente para a sua determinação. Assim, os ativos classificados como:

- a) “Sem danos” correspondem às situações em que, à luz dos elementos recolhidos, não foram identificados indícios de afetação relevante, sem prejuízo de eventual revisão caso surja informação superveniente;
- b) “Não determinado” refletem a inexistência de elementos suficientes que permitam confirmar, com segurança, a presença ou ausência de danos, assumindo, por conseguinte, natureza provisória e dependente da consolidação de dados no âmbito de vistorias ou peritagens subsequentes;
- c) “Não aplicável” abrangem situações em que a avaliação direta de danos não se revelou pertinente no âmbito do levantamento efetuado, designadamente por se tratarem de bens com registo duplo em apólice, em fase de execução de obra, abrangidos por seguros de condomínio ou cuja responsabilidade de cobertura poderá recair sobre outras entidades, como juntas de freguesia.

No que respeita especificamente aos **ativos danificados**, verifica-se uma elevada taxa de cobertura, na medida em que 359 ativos (94%) se encontram enquadrados na apólice multirriscos em vigor, o que, em princípio, permitirá a mobilização de mecanismos de ressarcimento financeiro.

A identificação de danos resulta de avaliações preliminares, realizadas no âmbito das vistorias internas e peritagens, podendo a sua relevância ser confirmada ou ajustada em fase subsequente, nomeadamente para efeitos de orçamentação e enquadramento indemnizatório, não se excluindo a revisão de situações inicialmente classificadas como de reduzida expressão.

Subsiste um conjunto residual de situações, designadamente 22 equipamentos que não constavam do inventário detalhado associado à apólice de seguro, cujo eventual enquadramento poderá depender de análise casuística no âmbito de rubricas genéricas (“outros bens não discriminados”), circunstância que se encontra em análise no âmbito do processo com a seguradora. Adicionalmente, verifica-se a existência de 1 ativo com enquadramento autónomo, associado a apólice específica (bicicletas do sistema Biclis).

Em termos globais, os dados evidenciam, por um lado, uma exposição relevante do património a danos e, por outro, um nível globalmente adequado de cobertura por seguro.

6.2 Vistorias e processos de peritagem

No que respeita ao universo dos ativos com danos identificados, verifica-se um elevado nível de cobertura⁴ dos procedimentos de verificação técnica, traduzido numa **taxa de peritagem de 96%** e numa **taxa de vistorias internas de 85%**, o que evidencia um esforço significativo de validação e caracterização dos danos apurados.

Relativamente às **peritagens**, os casos em que as mesmas não foram ainda realizadas (4%) correspondem, essencialmente, a duas tipologias distintas:

⁴ Para efeitos de cálculo das taxas, foram considerados apenas os equipamentos com danos identificados.



- a) Situações em que os conteúdos associados aos ativos serão objeto de peritagem conjunta (“em bloco”) numa fase subsequente, por razões de racionalização procedimental e eficiência operacional (2%);
- b) Ativos que, apesar de já terem sido objeto de vistoria interna, se encontram abrangidos por outras apólices de seguro ou não dispõem de cobertura aplicável a edifícios, nem apresentavam conteúdos suscetíveis de avaliação à data da ocorrência (2%).

No que concerne às **vistorias internas**, não foi possível confirmar a sua efetiva realização em 56 ativos (15%), com base na informação atualmente disponível.

6.3 Distribuição territorial

A distribuição dos ativos patrimoniais com danos enquadrados na apólice multirriscos evidencia uma dispersão por várias freguesias do concelho, com maior incidência nas freguesias com maior concentração de equipamentos e infraestruturas municipais seguras.

Freguesias	N.º de ativos com dano	Freguesias	N.º de ativos com dano
Amor	10	Leiria	87
Arrabal	6	Maceira	23
Azoia	4	Marrazes	31
Bajouca	8	Memória	1
Barosa	9	Milagres	5
Barreira	10	Monte Real	7
Bidoeira de Cima	6	Monte Redondo	6
Boa Vista	2	Ortigosa	7
Caranguejeira	10	Parceiros	9
Carreira	4	Pousos	9
Carvide	6	Regueira de Pontes	4
Chainça	2	Santa Catarina da Serra	10
Coimbrão	20	Santa Eufémia	37
Colmeias	7	Souto da Carpalhosa	7
Cortes	7	Várias ⁵	5

Tabela 3 - Distribuição do número de ativos com dano por freguesia

Fonte: Relatório de acompanhamento dos danos e do processo de indemnização no âmbito da apólice multirriscos – Tempestade “Kristin” (1.º trimestre de 2026) elaborado pelo Departamento Financeiro.

6.4 Situação atual

Importa referir que os processos se encontram ainda em fase de instrução, não estando, à presente data, concluídos. A respetiva conclusão depende, em larga medida, da obtenção de orçamentos e de elementos técnicos adicionais relativos aos ativos afetados, os quais se revelam indispensáveis à avaliação final por parte dos peritos e à subsequente determinação dos montantes indemnizatórios.

⁵ A categoria “Várias” corresponde a ativos cuja afetação territorial não se circunscreve a uma única freguesia, designadamente equipamentos distribuídos de forma dispersa pelo território municipal, como estátuas/esculturas, sinalização vertical de trânsito, sinalização luminosa de passadeiras, ilhas ecológicas e suportes de estacionamento de bicicletas.



Não obstante, encontrava-se já apurado, com base nos orçamentos entretanto recolhidos, um montante estimado de pedido de indemnização de **10 698 706,06 €**, abrangendo 108 ativos, o que corresponde a cerca de 21% do universo total.

Deste conjunto, 101 ativos encontram-se previstos na apólice multirriscos, correspondendo a um montante de 10 093 503,55 €, enquanto 7 ativos não constam da apólice, representando 605 202,51 €, encontrando-se o respetivo enquadramento ainda em análise.

Quanto à tipologia dos danos, verifica-se que 91 ativos respeitam a danos em edifícios e 17 ativos a conteúdos e/ou acervos. O valor médio orçamentado por ativo ascende, assim, a aproximadamente 99 062,09 €.

Importa, contudo, salientar que, em alguns casos, os valores atualmente considerados refletem apenas parte dos danos identificados, encontrando-se ainda em falta orçamentos relativos a outras componentes dos ativos. Tal ocorre, designadamente, em equipamentos de maior dimensão e complexidade, como o Estádio Municipal, as Piscinas Municipais e o Castelo, entre outros, nos quais os montantes apurados respeitam, nesta fase, a componentes específicas (v.g., cobertura, sistemas de elevação ou sistemas técnicos), não abrangendo ainda a totalidade dos danos registados.

Acresce que, atendendo à diversidade tipológica dos danos identificados, nomeadamente ao nível de conteúdos, acervos e sistemas técnicos, os montantes apurados poderão ainda ser objeto de ajustamento, em função da obtenção de orçamentos adicionais e da subsequente validação por parte da seguradora.

Em face do exposto, a evolução do processo permanece condicionada pela disponibilidade e validação destes elementos, não sendo, nesta fase, possível antecipar, com segurança, o seu desfecho definitivo.

Com vista à conclusão do processo, identificam-se como fases subseqüentes:

- a) A consolidação da informação técnica e financeira, mediante a recolha de orçamentos e elementos técnicos adicionais;
- b) A finalização da instrução dos processos junto da seguradora;
- c) A validação dos relatórios periciais;
- d) A submissão e o acompanhamento dos processos para efeitos de decisão quanto ao enquadramento indemnizatório.



7. CONSERVAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL

De entre os 44 edifícios e infraestruturas em intervenção no âmbito do Departamento de Conservação e Gestão Operacional, destacam-se as seguintes atuações:

- a) **Estádio Municipal de Leiria:** substituição integral da cobertura e execução de trabalhos de reparação interior, incluindo tetos, pavimentos, instalações elétricas, iluminação desportiva, elevadores, entre outros;
- b) **Piscinas Municipais** (Leiria, Maceira e Caranguejeira): substituição de coberturas e sistemas fotovoltaicos, bem como reparação de muretes e revestimentos exteriores;
- c) **Pavilhões desportivos** (Arrabal, Afonso Lopes Vieira, Maceira, Centro de Ténis, Colmeias, Souto da Carpalhosa, Pousos e Carlos Neto): substituição de coberturas e de chapas laterais;
- d) **Cineteatro de Monte Real:** substituição parcial da cobertura;
- e) **Equipamentos museológicos** (MIMO – Museu da Imagem em Movimento, Moinho do Papel e Agromuseu Dona Julinha): reparação e substituição de coberturas, portas, vãos envidraçados e instalações elétricas;
- f) **Paços do Concelho:** reparação de coberturas, tetos interiores, pintura e sistemas de iluminação;
- g) **Estaleiros Municipais:** reconstrução de armazém e renovação de espaços administrativos e de oficina;
- h) **Instalações da GNR** (Marrazes e Monte Redondo): reparação de coberturas e execução de trabalhos de pintura;
- i) **Quartéis dos Bombeiros e Casa Mortuária:** substituição de vidros, fachadas em *pladur*, estores e cobertura;
- j) **Unidades de saúde** (Gorjão Henriques, Dr. Arnaldo Sampaio, Amor, Barreira, Cortes, Maceira-Arnal e Bidoeira de Cima): intervenções ao nível da reparação e substituição de coberturas, rufos, vãos e pinturas;
- k) **Mercado Municipal da Praia do Pedrógão:** substituição de cobertura e de porta;
- l) **Parque de Estacionamento da Fonte Quente:** substituição de luminárias e estruturas metálicas, bem como reparações de alvenaria;
- m) **Cemitério de Leiria:** substituição de vidros e reparação de muros;
- n) **Casa do Pelourinho:** substituição de telhas e reconstrução de chaminé;
- o) **Circuito Polis e envolvente do Estádio Municipal:** substituição de vedações, postes, circuitos elétricos e mobiliário urbano;
- p) **Jardim Luís de Camões:** intervenções em espaços verdes, incluindo reposição de árvores, iluminação e requalificação de infraestruturas e equipamentos de apoio;
- q) **Ponte Pedonal El Rei D. Dinis:** reparações ao nível do pavimento e substituição de elementos envidraçados.



8. AÇÃO SOCIAL

A tempestade *Kristin* determinou a necessidade de ativação imediata de uma resposta social municipal de caráter excecional, orientada para a satisfação de necessidades básicas da população afetada, designadamente ao nível da alimentação, alojamento temporário, acompanhamento social e apoio psicológico.

A intervenção desenvolvida pelo Município de Leiria, através da área da Coesão Social, assumiu uma natureza evolutiva, acompanhando as diferentes fases da crise: uma primeira fase de emergência humanitária, marcada pela resposta massiva e urgente; uma fase intermédia de estabilização e triagem; e, posteriormente, uma fase de acompanhamento social mais estruturado e individualizado.

8.1 Apoio alimentar de emergência

Nos primeiros dias após a tempestade, verificou-se uma procura muito significativa de apoio alimentar urgente, traduzida na distribuição direta de alimentos a agregados familiares afetados. Esta resposta assumiu particular expressão entre 30 de janeiro e 14 de fevereiro, período em que foram apoiados 8 677 agregados familiares, com a distribuição de 391,8 toneladas de alimentos.



Figura 11 - Evolução do número de agregados familiares apoiados no âmbito da resposta alimentar de emergência (30 de janeiro a 27 de fevereiro de 2026)

Fonte: Base de dados disponibilizada pelo Departamento de Coesão Social

No total, no período compreendido entre 30 de janeiro e 27 de fevereiro, foram apoiados 10 859 agregados familiares, correspondendo à distribuição de **487,8 toneladas de alimentos**. Este volume evidencia a dimensão da emergência social provocada pela tempestade e a pressão imediata colocada sobre os serviços municipais e entidades parceiras.

Em termos médios, a resposta alimentar de emergência correspondeu a cerca de 44,9 kg de alimentos por agregado familiar apoiado, valor que ilustra a materialidade da intervenção e a relevância deste apoio na fase crítica subsequente ao evento.



8.2 Transição para apoio alimentar estruturado

Ultrapassada a fase inicial de emergência, foi progressivamente ativado um modelo de resposta mais estruturado, através do programa de Cabazes Solidários.

Este mecanismo permitiu assegurar uma resposta alimentar continuada, com atribuição de cabazes por agregado familiar, compostos por bens alimentares essenciais e produtos de higiene, especialmente relevantes num contexto pós-tempestade.



Figura 12 - Evolução do número de agregados familiares apoiados no âmbito do programa de Cabazes Solidários, por período (23 de fevereiro a 27 de março de 2026)

Fonte: Base de dados disponibilizada pelo Departamento de Coesão Social

A evolução dos cabazes evidencia o reforço da resposta em março, período em que se consolidou a passagem de uma lógica de distribuição massiva para uma lógica de acompanhamento social continuado. No total, foram apoiados 1 065 agregados familiares, com a distribuição de 23,4 toneladas de bens, correspondendo a uma média aproximada de 22 kg por agregado.

Esta passagem revela uma maior formalização administrativa e social das situações inicialmente sinalizadas em contexto de emergência, permitindo distinguir necessidades pontuais de situações que exigiam acompanhamento mais prolongado.

8.3 Apoio a pessoas desalojadas

A tempestade provocou danos habitacionais de relevo, determinando o desalojamento temporário de um número significativo de pessoas, cuja resposta exigiu a mobilização de diferentes soluções de acolhimento, ajustadas à natureza e à duração das situações identificadas, designadamente:

- ZCAP – Zonas de Concentração e Apoio à População⁶;
- ERPI – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas:

⁶ No âmbito do Sistema de Gestão de Operações (SGO), da Diretiva de apoio psicossocial em cenários de exceção (DAPCE) e Planos de Emergência Nacionais, Especiais e Municipais, a designação utilizada para o alojamento de emergência de pessoas deslocadas na sequência de desastre grave ou catástrofe é a Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP).

- c) Programa Turismo Acolhe;
- d) Pavilhões municipais (Souto da Carpalhosa e Colmeias).

A análise evidencia quatro fases distintas:

- Fase crítica (30/01–14/02): registo de 127 pessoas alojadas, correspondente ao pico da emergência, com recurso intensivo a respostas coletivas de caráter imediato;
- Fase de estabilização (16/02–22/02): redução para 64 pessoas, traduzindo a resolução gradual das situações menos complexas e o início do encerramento das respostas mais provisórias;
- Fase de transição (final de fevereiro): diminuição para 40 pessoas, mantendo-se sobretudo casos de maior complexidade social e habitacional, exigindo soluções mais específicas;
- Fase residual (março): redução progressiva de 11 para 3 pessoas, evidenciando a quase total resolução da emergência, com subsistência apenas de situações pontuais.

Com o objetivo de evidenciar a evolução temporal das soluções de alojamento adotadas na sequência da tempestade, apresenta-se infra a distribuição do número de pessoas desalojadas por tipologia de resposta habitacional, ao longo do período em análise.

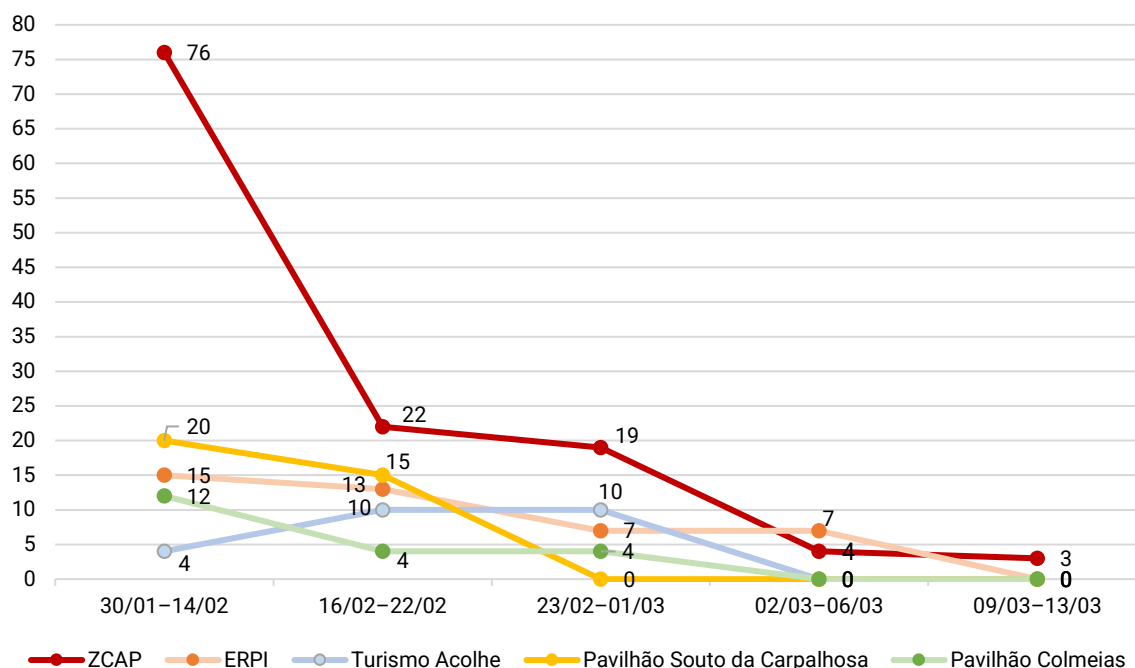


Figura 13 - Evolução do número de pessoas desalojadas por tipologia de resposta habitacional

Fonte: Base de dados disponibilizada pelo Departamento de Coesão Social

A leitura do gráfico permite confirmar a existência de uma fase inicial marcada por uma forte concentração de pessoas em respostas de natureza coletiva, com particular destaque para as ZCAP, que registam o valor mais elevado no período imediatamente subsequente à tempestade (76 pessoas).

Verifica-se, contudo, uma redução acentuada já no período seguinte, refletindo a resolução célere de um conjunto significativo de situações e a diminuição da pressão sobre os mecanismos de emergência.

As restantes tipologias apresentam comportamentos distintos:

- a) As ERPI mantêm uma presença relativamente estável numa fase inicial, evidenciando a necessidade de respostas específicas dirigidas a população particularmente vulnerável;



- b) O Programa Turismo Acolhe assume maior expressão em fase intermédia, funcionando como solução transitória mais individualizada;
- c) Os pavilhões municipais (Souto da Carpalhosa e Colmeias) evidenciam uma utilização concentrada nos primeiros momentos, sendo rapidamente desativados, o que confirma o seu caráter de resposta de curto prazo.

Globalmente, observa-se uma trajetória de redução progressiva em todas as tipologias, culminando numa fase residual, em que subsistem apenas situações pontuais, associadas a maior complexidade social e habitacional.

8.4 Atendimentos sociais

Os atendimentos sociais evidenciam uma intervenção intensiva, diversificada e sustentada no tempo, refletindo a elevada capacidade de mobilização dos serviços municipais e a adequação das respostas às diferentes fases da crise.

Com o objetivo de analisar a evolução e a distribuição dos atendimentos sociais, apresentam-se, de seguida, a evolução temporal das diferentes tipologias de intervenção, bem como o respetivo peso relativo no total de atendimentos realizados.

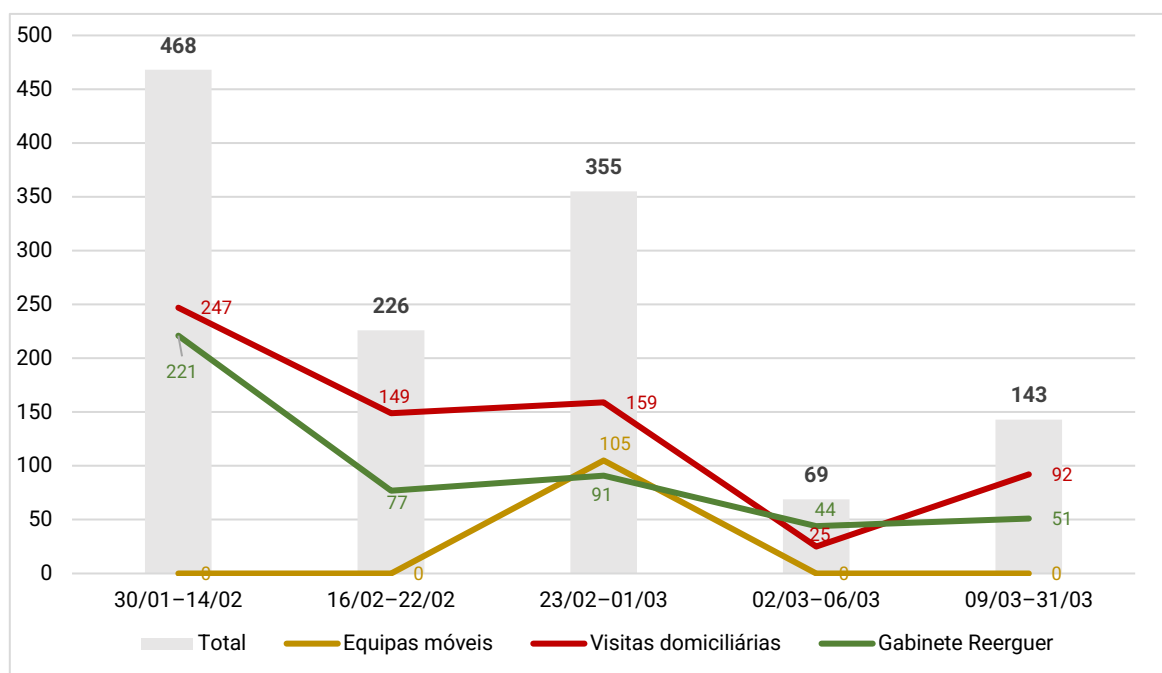


Figura 14 – Evolução dos atendimentos sociais por tipologia de intervenção e volume total

Fonte: Base de dados disponibilizada pelo Departamento de Coesão Social

A análise dos dados permite destacar os seguintes aspetos:

- a) Registo de um pico inicial elevado, particularmente nas primeiras semanas subsequentes ao evento, evidenciando a necessidade imediata de avaliação social e encaminhamento urgente das situações;
- b) Forte predominância de uma componente de proximidade, assegurada através de equipas móveis e visitas domiciliárias, essencial para a sinalização precoce de situações de vulnerabilidade e para a articulação com outras respostas (alimentação, alojamento e apoios sociais);
- c) Manutenção de níveis significativos de atividade ao longo do período, demonstrando que o impacto social da tempestade se prolongou para além da fase de emergência;



- d) Existência de uma articulação funcional entre respostas de emergência e acompanhamento continuado, permitindo a transição progressiva de uma lógica reativa para uma intervenção mais estruturada e sustentada.
- e) Neste contexto, as visitas domiciliárias assumem particular relevância, configurando-se como a principal expressão do acompanhamento social continuado e evidenciando a persistência de necessidades sociais para além da fase crítica inicial.

8.5 Resposta psicológica

A dimensão psicológica assumiu particular relevância no contexto da tempestade *Kristin*, refletindo o impacto emocional significativo decorrente da situação vivenciada pelas populações afetadas

A resposta psicológica desenvolveu-se através de diferentes modalidades, ajustadas às necessidades identificadas e às diversas fases da crise. Com o objetivo de analisar a evolução temporal e a intensidade da resposta psicológica no contexto da tempestade *Kristin*, apresenta-se, de seguida, a distribuição dos atendimentos por tipologia de intervenção, bem como o respetivo volume total registado em cada período.

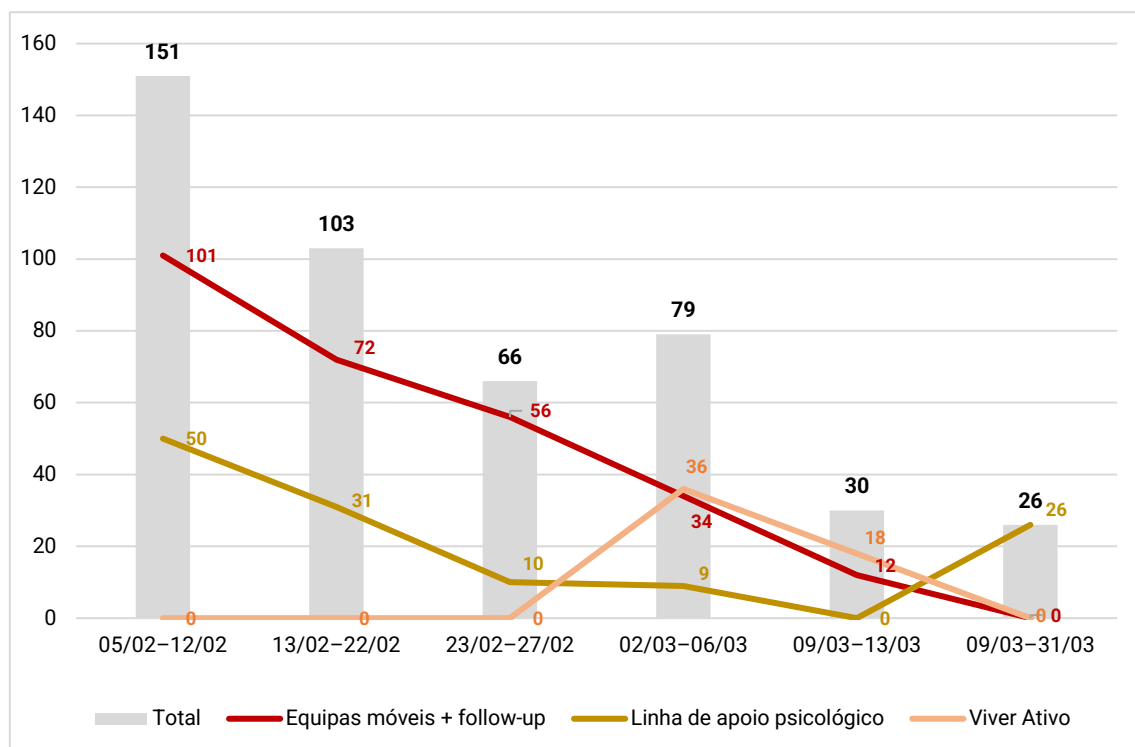


Figura 15 - Evolução dos atendimentos psicológicos por tipologia de intervenção e volume total

Fonte: Base de dados disponibilizada pelo Departamento de Coesão Social

A análise do gráfico evidencia um pico inicial de atendimentos no período imediatamente subsequente à tempestade (151 atendimentos entre 05/02 e 12/02), refletindo o impacto emocional imediato do evento e a necessidade de apoio psicológico urgente.

Verifica-se, posteriormente, uma redução progressiva do volume total de atendimentos, acompanhando a estabilização gradual das condições de vida das populações afetadas, sem prejuízo da manutenção de níveis relevantes de intervenção ao longo do período.



No que respeita às tipologias de resposta, destaca-se o papel das equipas móveis e follow-up, que assumem maior expressão nas fases iniciais, evidenciando uma atuação centrada na proximidade, na resposta imediata e na continuidade do acompanhamento.

A linha de apoio psicológico apresenta igualmente um contributo relevante na fase inicial, funcionando como mecanismo de acesso rápido e complementar às intervenções presenciais, verificando-se uma redução da sua utilização nas fases subsequentes, com exceção de um acréscimo pontual no período final, indicativo da persistência de necessidades de apoio.

Por sua vez, o Programa “Viver Ativo” surge numa fase posterior, com maior expressão no início de março, refletindo a transição para uma lógica de intervenção orientada para a recuperação psicossocial e promoção do bem-estar.

Globalmente, o gráfico confirma que a resposta psicológica evoluiu de uma lógica inicial de contenção emocional e apoio imediato, para uma intervenção mais estruturada e continuada, acompanhando as diferentes fases da crise e evidenciando a necessidade de respostas diferenciadas ao longo do tempo.



9. GABINETE REERGUER LEIRIA

9.1 Enquadramento

O Gabinete Reerguer Leiria constituiu uma resposta operacional estruturada do Município de Leiria, concebida com o objetivo de assegurar uma abordagem integrada, célere e próxima no apoio aos munícipes afetados pela passagem da tempestade *Kristin*. O seu funcionamento decorreu entre 10 de fevereiro e 7 de abril de 2026 (dias úteis, das 9h às 18h), nas instalações do Mercado de Sant'Ana.

Este gabinete foi criado enquanto ponto único de atendimento, vocacionado para a centralização de processos, simplificação administrativa e acompanhamento multidisciplinar, garantindo aos munícipes apoio técnico, social e psicológico adequado às suas necessidades específicas.



Figura 16 – Vista geral do espaço de atendimento ao público – Gabinete Reerguer Leiria

Fonte: Relatório trimestral de transparência do Departamento de Gestão Urbanística

No referido espaço passaram a estar reunidos, designadamente, o apoio a particulares na recuperação de habitações afetadas, o apoio a empresas e ao comércio local na retoma da atividade, o apoio às IPSS e coletividades na recuperação da sua atividade, bem como a orientação e apoio no preenchimento das participações de sinistros e no reporte de prejuízos.

A atuação do Gabinete pautou-se pelos princípios da proximidade, eficiência, articulação interinstitucional e equidade no acesso aos apoios públicos, assegurando uma resposta coordenada e orientada para resultados.

A organização interna do Gabinete foi ainda suportada por uma caixa de correio específica – gabreerguerleiria@cm-leiria.pt – criada para gestão das comunicações com requerentes, tendo sido definidas categorias nominais para melhor distribuição e acompanhamento das mensagens e ficando igualmente assinalado que esse endereço constituía canal de comunicação com a CCDRC.

9.2 Recursos Humanos

O gabinete contou com a afetação de 24 postos de atendimento, destacando-se a existência de cerca de 20 postos de atendimento municipais, o envolvimento dos serviços de ação social e de apoio psicológico, e a participação de diversas entidades parceiras.



Figura 17 - Vista dos espaços de entendimento personalizado instalados no Mercado Santana

Fonte: Relatório trimestral de transparência do Departamento de Gestão Urbanística

A equipa municipal integrou trabalhadores das carreiras de assistente técnico e técnico superior, bem como apoio em contexto de estágio, permitindo conjugar competências de natureza operacional, administrativa e técnica.

Do ponto de vista organizacional, verificou-se o envolvimento de diversas áreas municipais, designadamente nos domínios do atendimento ao cidadão, ação cultural, turismo, habitação e inserção profissional, possibilitando uma abordagem transversal às necessidades apresentadas pelos munícipes, e, simultaneamente, a mobilização eficiente de trabalhadores cujos postos de trabalho se encontravam temporariamente condicionados, em virtude do encerramento de equipamentos e da suspensão de atividades, em particular na área cultural, na sequência da tempestade *Kristin*.

Esta estrutura permitiu assegurar um atendimento simultaneamente **especializado, multidisciplinar e orientado para a resolução célere das situações apresentadas**.

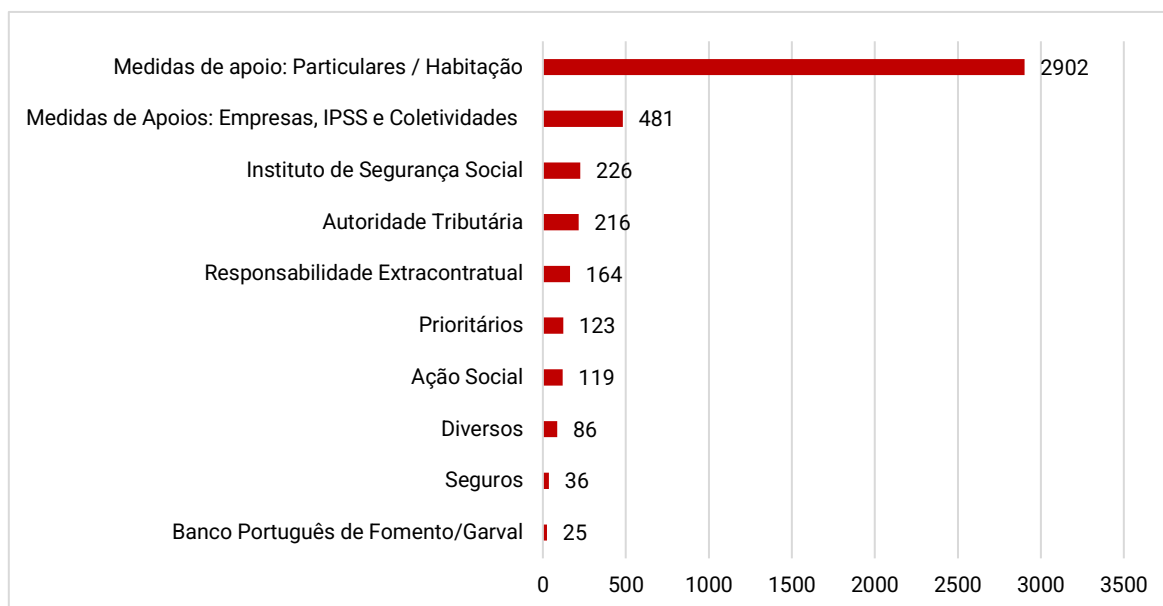


Figura 18 – Número de atendimentos realizados no Gabinete Reerguer Leiria, entre os dias 10 de fevereiro e 7 de abril⁷.

Fonte: Informação disponibilizada pela Divisão Administrativa e de Modernização

⁷ Não obstante o período de referência do relatório se circunscrever a 31 de março de 2026, os dados apresentados incluem informação até 7 de abril, por impossibilidade técnica de desagregação temporal da informação à data da sua recolha.



9.3 Entidades Parceiras Envolvidas

O funcionamento do Gabinete Reerguer Leiria assentou numa lógica de cooperação interinstitucional, envolvendo diversas entidades com competências relevantes para o apoio aos munícipes, designadamente:

- Instituto da Segurança Social;
- Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados;
- Entidades de mediação de seguros;
- Banco Português de Fomento;
- Garval – Sociedade de Garantia Mútua;

A presença destas entidades no local permitiu:

- a) O esclarecimento imediato de questões técnicas e jurídicas;
- b) A redução de constrangimentos administrativos, evitando deslocações adicionais dos munícipes;
- c) A agilização da recolha e validação documental;
- d) O reforço da eficiência e robustez dos processos de candidatura.

Este modelo colaborativo revelou-se determinante para assegurar uma resposta integrada e eficaz, reduzindo tempos de decisão e promovendo maior confiança no processo.

9.4 Deslocações às Freguesias

Com vista a garantir o princípio da **igualdade no acesso aos serviços públicos** e a não exclusão de munícipes residentes em zonas mais afastadas ou com maiores constrangimentos de mobilidade, foram realizadas **ações descentralizadas de atendimento nas freguesias do concelho**, entre os dias 2 e 10 de março de 2026.

Estas deslocações permitiram:

- a) Prestar apoio direto e personalizado na instrução e submissão de candidaturas;
- b) Reforçar a proximidade junto das populações;
- c) Mitigar desigualdades territoriais no acesso aos apoios;
- d) Aumentar a taxa de cobertura e adesão aos mecanismos de apoio disponibilizados.

A estratégia de descentralização adotada revelou-se essencial para assegurar uma resposta inclusiva e territorialmente equilibrada, alinhada com os princípios de boa administração e coesão social.

No total foram realizados 326 atendimentos, distribuídos por 10 técnicos municipais, evidenciando-se uma maior concentração nas localidades de Santa Catarina da Serra (36) e Maceira (35), seguindo-se Amor e

02/03 Segunda-feira	03/03 Terça-feira	04/03 Quarta-feira
Ⓢ Santa Catarina da Serra e Chalcina Ⓢ Arrabal	Ⓢ Milagres Ⓢ Regueira de Pontes Ⓢ Amor	Ⓢ Colmeias e Memória Ⓢ Bidoeira de Cima
05/03 Quinta-feira	06/03 Sexta-feira	09/03 Segunda-feira
Ⓢ Bojauca Ⓢ Monte Redondo e Carreira Ⓢ Monte Real e Carvide	Ⓢ Caranguejeira Ⓢ Santa Eufémia e Boa Vista	Ⓢ Souto da Carpalhosa Ⓢ Ortigosa Ⓢ Colimbrão
10/03 Terça-feira		
Ⓢ Maceira		

Figura 19 - Cartaz informativo do atendimento descentralizado do Gabinete Reerguer Leiria.

Fonte: Site do Município de Leiria

Arrabal (32 atendimentos cada), bem como Colmeias (30). Infra apresenta-se a distribuição do número de atendimentos realizados por localidade, no âmbito do funcionamento do Gabinete Reerguer Leiria.

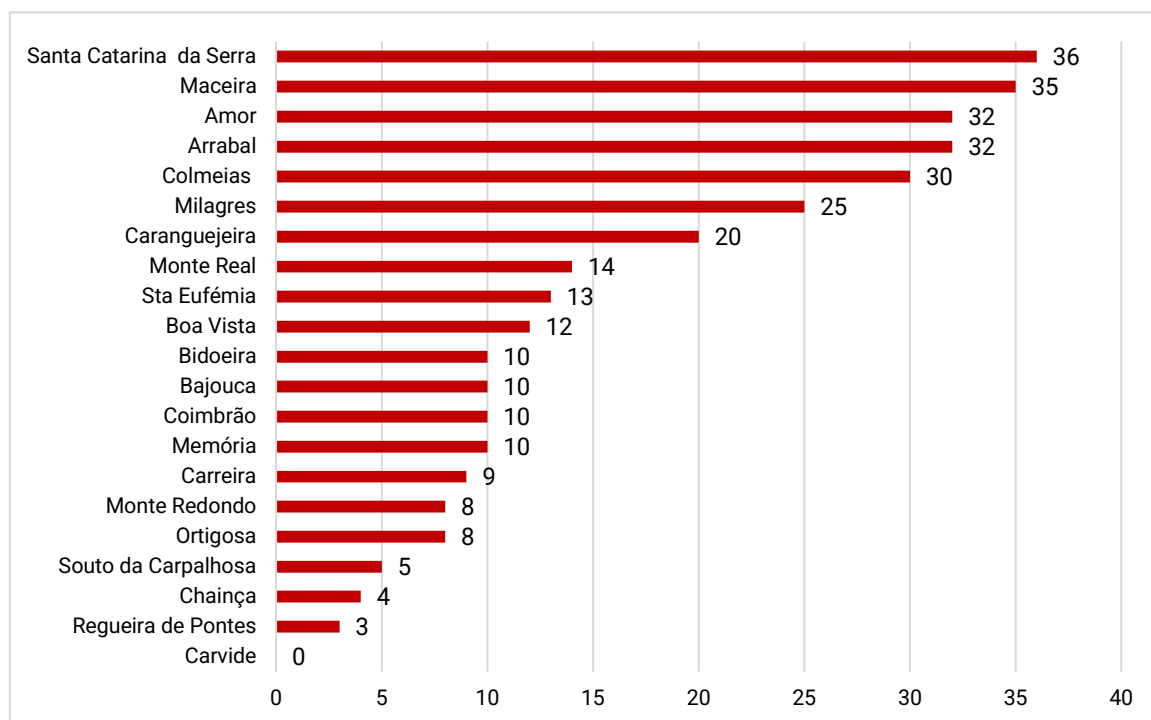


Figura 20 - Número de atendimentos por localidade no âmbito do Gabinete Reerguer Leiria

Fonte: Informação disponibilizada pela Divisão Administrativa e de Modernização



10. APOIOS À HABITAÇÃO

Nos termos do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026, de 3 de fevereiro, regulamentada pela Portaria n.º 63-A/2026/1, de 9 fevereiro, e Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, as pessoas singulares titulares de habitação própria e permanente ou arrendatários com contrato de arrendamento devidamente formalizado, desde que cumpram os requisitos necessários, poderão candidatar-se a apoios financeiros destinados à reparação, reabilitação ou reconstrução de habitação danificada.

Os beneficiários devem apresentar a totalidade dos elementos e/ou documentos elencados no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 63-A/2026, de 9 de fevereiro, declaração escrita sob compromisso de honra de que não se encontram em situação de incumprimento em projetos apoiados por fundos públicos, bem como cumprirem os deveres estabelecidos no artigo 7.º da referida Portaria.

São **elegíveis** as despesas com obras e intervenções necessárias à reparação, reabilitação ou reconstrução de edifícios danificados, necessárias à reposição das condições de utilização e funcionalidade da habitação própria e permanente. **Não são elegíveis** as despesas com o recheio da habitação, designadamente, com a aquisição do seu apetrechamento (móveis, eletrodomésticos, entre outros), bem como despesas com arranjos exteriores, plantas e relvados, piscinas, campos de jogos, equipamentos de lazer e similares (cfr. FAQ CCDR Centro⁸).

O montante elegível é determinado com base em estimativa elaborada sob responsabilidade dos serviços municipais, sendo posteriormente objeto de validação pela CCDR territorialmente competente.

10.1 O processo de análise de candidaturas

O processo de análise de candidaturas tem sido gerido pelos serviços municipais, realizando-se toda a gestão através da plataforma própria da CCDR.

No âmbito da análise de candidaturas desenvolvida pelo Gabinete Reerguer Leiria, foram mobilizados, até 31 de março de 2026, **57 trabalhadores** em regime de *back office*, assegurando o tratamento, validação e instrução dos processos.

A equipa integrou recursos de diferentes categorias profissionais, com destaque para os técnicos superiores e assistentes técnicos, bem como trabalhadores provenientes dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) e técnicos afetos ao Balcão Único do Prédio (BUPI), refletindo uma abordagem multidisciplinar e adaptada à complexidade dos processos em análise.

Importa ainda salientar o contributo de equipas externas, designadamente do Município da Guarda e do Município de Vila Franca de Xira, que reforçaram a capacidade operacional interna. Os técnicos da Guarda colaboraram durante cerca de duas semanas, enquanto os de Vila Franca de Xira permaneceram aproximadamente três semanas, tendo existido um período de sobreposição apenas na fase final de ambas as colaborações.

Para uma melhor compreensão da estrutura dos recursos humanos mobilizados, apresenta-se na Tabela infra a distribuição dos trabalhadores afetos ao *back office*, por categoria profissional.

⁸ Consultável em https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2026/03/2026.03.05_FAQ-Kristin_NOVIDADES_V3.pdf, a 22 de abril de 2026.

Categoria profissional	N.º de trabalhadores
Técnicos Superiores	23
Assistentes Técnicos	13
SMAS	7
Técnicos afetos ao BUPI	6
Dirigentes (Chefes de Divisão)	2
Fiscal	1
Estagiária	1
Técnicos externos (CM Guarda)	5
Técnicos externos (CM Vila Franca de Xira)	5
Total	57

Tabela 4 - Recursos humanos afetos à análise de candidaturas

Fonte: Coordenação do Gabinete Reerguer Leiria

No que concerne à realização de vistorias (candidaturas com valor superior a 5 000,00€), as mesmas têm sido realizadas por profissionais da Ordem dos Arquitetos, da Ordem dos Engenheiros e da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

10.2 Dados Operacionais

À data de 31 de março de 2026, foram rececionadas 9 678 candidaturas no âmbito dos apoios à habitação decorrentes da Tempestade *Kristin*.

Deste universo, 8 981 candidaturas encontravam-se ativas, correspondendo a processos em análise ou em tramitação, e 697 candidaturas foram devolvidas, na sequência de insuficiências documentais, necessidade de reformulação ou não verificação dos requisitos de elegibilidade.



Figura 21 – Distribuição das candidaturas rececionadas

Fonte: Portal SIG | Gabinete de Apoio à Vereação

Esta distinção revela a existência de um processo de triagem e validação administrativa relevante, assegurando que apenas os processos devidamente instruídos e conformes prosseguem para fases subsequentes de análise e decisão.

Importa salientar que o volume de candidaturas ativas evidencia a elevada pressão operacional sobre os serviços municipais, traduzindo a dimensão do impacto da tempestade ao nível habitacional e a necessidade de uma resposta administrativa estruturada, célere e tecnicamente robusta.

Considerando apenas as candidaturas efetivamente em análise (excluindo as devolvidas), observa-se uma distribuição territorial diferenciada nas diversas freguesias do concelho.

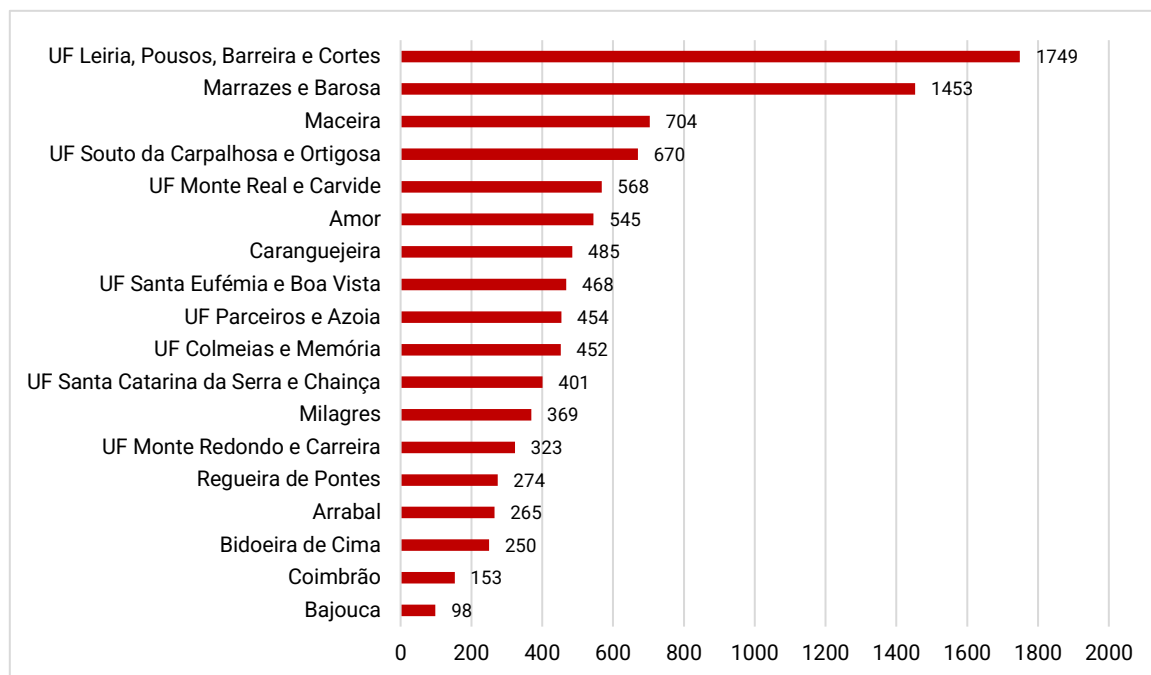


Figura 22 – Distribuição geográfica das candidaturas ativas por freguesia (com exclusão das que foram devolvidas)

Fonte: Portal SIG | Gabinete de Apoio à Vereação

A análise da distribuição geográfica evidencia uma concentração mais significativa de candidaturas nas áreas urbanas e periurbanas, destacando-se as UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e Marrazes e Barosa, com o maior número de candidaturas, dado consonante com a densidade populacional das áreas em questão.

A figura infra apresenta a síntese do estado das candidaturas a 31 de março de 2026, evidenciando o volume de processos analisados pelos serviços municipais, bem como o resultado da apreciação efetuada pela CCDR.

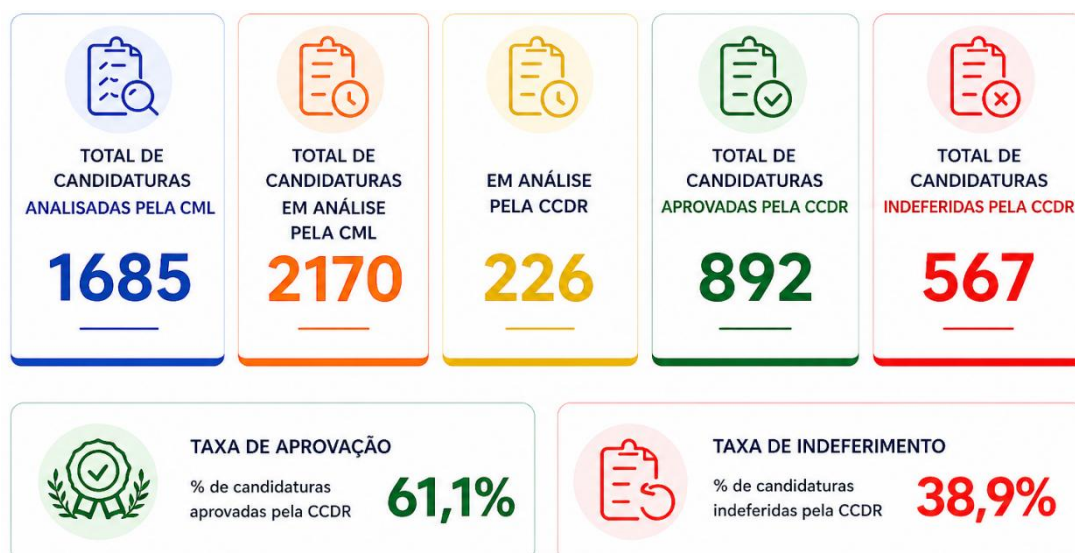


Figura 23 - Estado das candidaturas e indicadores de desempenho

Fonte: Portal SIG | Gabinete de Apoio à Vereação

Do total de candidaturas analisadas pelo Município de Leiria (1685), e com exclusão das candidaturas ainda em análise pela CCDR (226) observa-se que 892 foram aprovadas pela CCDR e 567 objeto de indeferimento, traduzindo uma taxa de aprovação de 61,1% e uma taxa de indeferimento de 38,9%. Paralelamente, à data de



31 de março encontravam-se, em análise simultânea pelos serviços municipais 2170 candidaturas, o que evidencia a continuidade do processo e a pressão operacional associada à sua tramitação.

Importa salientar que os valores apresentados se encontram sujeitos a variação permanente, em virtude da natureza dinâmica do processo de análise. Com efeito, o total de candidaturas analisadas foi apurado com base nas candidaturas aprovadas e indeferidas pela CCDR, bem como nas que se encontram em análise pelos seus serviços, tendo sido excluídas aquelas que, por necessidade de saneamento ou suprimento de insuficiências, foram devolvidas à Câmara Municipal, regressando à fase de análise.

Neste contexto, a tramitação das candidaturas assume carácter iterativo, podendo um mesmo processo transitar entre diferentes estados ao longo do tempo (análise municipal, apreciação pela CCDR, devolução para correção e reanálise), o que determina uma flutuação contínua dos indicadores apresentados.



11. MEDIDAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA

No âmbito da resposta à tempestade *Kristin*, a atuação do Município de Leiria foi enquadrada por um conjunto de normas legais, regulamentares e diretivas internas, assegurando o respeito pelos princípios da legalidade, transparência, boa gestão financeira e prossecução do interesse público.

Sem prejuízo dos referenciais internos municipais, aplicáveis em contexto de emergência, como a Norma de Controlo Interno, o Plano de Prevenção de Riscos e o Código de Conduta, foram adotadas e aplicadas diretivas internas e medidas de organização, de caráter excecional, visando assegurar a coordenação da atuação municipal, a uniformização de procedimentos e o reforço dos mecanismos de controlo interno, em contexto de elevada exigência operacional.

Assim⁹:

- **28 de janeiro** - Ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, por Despacho do Senhor Presidente de Câmara Municipal;
- **29 de janeiro**: Instituição de reuniões diárias operacionais com serviços essenciais;
- **2 de fevereiro**:
 - a) “Reabertura” do Edifício dos Paços do Concelho;
 - b) Constituição de escalas com trabalhadores alocados a tarefas não essenciais para colocação nos centros de operações, designadamente o Estádio, o Pavilhão dos Pousos e o Seminário de Leiria, de modo a viabilizar o funcionamento e o necessário regime de rotação dos trabalhadores que já haviam assegurado o funcionamento destes espaços desde o dia 28 de janeiro;
- **18 de fevereiro**: Sensibilização sobre a aprovação do Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, por parte do Departamento de Compras Públicas;
- **19 de fevereiro**:
 - a) Reunião geral de trabalhadores;
 - b) Aprovação do Manual de Procedimentos Excepcionais, instrumento estruturante de natureza vinculativa para todos os serviços municipais, estabelecendo orientações uniformes em matéria de contratação pública excecional, controlo interno, rastreabilidade procedimental, transparência administrativa e auditoria, no contexto da aplicação do regime jurídico especial adotado na sequência da tempestade *Kristin*.
- **25 de fevereiro**: Sessão de esclarecimentos relativa ao Manual de Procedimentos Excepcionais – Resposta à Tempestade *Kristin*;
- **6 de março** – Divulgação do mapa de monitorização da concentração, por fornecedor, do valor acumulado adjudicado a data de 28 de fevereiro de 2026 (tempestade *Kristin*);
- **10 de março** – Aprovação do plano de auditoria interna aos procedimentos de contratação pública excecional;

⁹ Os presentes dados foram recolhidos, de forma autónoma, pela Divisão de Apoio e Gestão de Risco, com base na divulgação de documentos na intranet, no e-mail institucional e em outras fontes formais.



— **11 de março:**

- a) Sensibilização para o cumprimento escrupuloso do Manual de Procedimentos Excecionais;
- b) Primeira reunião operacional referente aos procedimentos excecionais, integrando o Departamento Jurídico, o Departamento de Obras Municipais, o Departamento Financeiro, o Departamento de Conservação e Gestão Operacional, o Departamento de Ambiente e Mobilidade, o Departamento de Compras Públicas e a Divisão de Auditoria e Gestão de Risco.

— **19 de março:**

- a) Segunda reunião operacional referente aos procedimentos excecionais;
- b) Despacho n.º 60/2026, de 19 de março sobre mecanismos de organização e transparência administrativa em resposta à tempestade *Kristin*, o qual estipulou, designadamente, as seguintes medidas:
 - i. Centralização da informação sobre todas as candidaturas a programas de investimento;
 - ii. Divulgação, pelos serviços municipais, junto dos potenciais interessados, da intenção de não aceitação de donativos monetários, propondo o encaminhamento para entidades do movimento associativo, sendo responsabilidade do doador a escolha da entidade;
 - iii. Preparação da necessária alteração ao orçamento municipal;
 - iv. Articulação com Auditor Externo, com vista à identificação de eventuais necessidades acrescidas de acompanhamento e controlo decorrentes da execução financeira extraordinária;
 - v. Elaboração de relatórios financeiros mensais, com informação sobre a despesa cabimentada, contratualizada e paga, receita auferida e candidaturas a programas de investimento;
 - vi. Elaboração de relatórios trimestrais de transparência;
 - vii. Integração, nos relatórios de atividades das Unidades Orgânicas, de um capítulo específico relativo às ações desenvolvidas no âmbito ou em decorrência direta da tempestade;
 - viii. Integração, no relatório de prestação de contas de 2026, de um capítulo exclusivamente dedicado ao impacto financeiro da tempestade;
 - ix. Divulgação do registo central de contratação pública;
 - x. Reforço da comunicação institucional.

— **30 de março:** Terceira reunião operacional referente aos procedimentos excecionais.

As normas e orientações internas referenciadas no presente relatório não esgotam o conjunto de orientações emitidas no âmbito da resposta municipal à tempestade *Kristin*. Foram igualmente adotadas outras instruções de natureza setorial ou de aplicação restrita, cuja especificidade ou âmbito interno não justificam a sua divulgação no presente documento.



12. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

No contexto da resposta à tempestade *Kristin*, registou-se um conjunto alargado de interações institucionais, materializadas através de visitas oficiais, reuniões de trabalho e iniciativas de acompanhamento por parte de entidades governamentais, administrativas, institucionais e outras organizações relevantes¹⁰.

Estas interações assumiram particular relevância na articulação da resposta municipal, na mobilização de recursos, no enquadramento institucional das medidas adotadas e na projeção nacional e internacional da situação vivenciada no concelho de Leiria.

JANEIRO	Data	Tipo	Entidade/Titular
	28/01/2026	Visita institucional	— Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, Rui Rocha; — Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, Jean Barroca; — Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Silvério Regalado.
	29/01/2026	Visita institucional	Senhor Primeiro-Ministro, Luís Montenegro
	30/01/2026	Visita institucional	— Sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa; — Senhora Ministra da Administração Interna (à data em funções), Maria Lúcia Amaral.

Tabela 5 - Relações interinstitucionais realizadas no âmbito da tempestade *Kristin* (janeiro de 2026)

Fonte: Informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Presidência



Figura 25 - Visita institucional do Senhor Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

Fonte: Informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Presidência



Figura 24 - Visita institucional de Sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Fonte: Informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Presidência

¹⁰ A presente informação foi cedida pelo Gabinete de Apoio à Presidência.



FEVEREIRO	Data	Tipo	Entidade/Titular
	02/02/2026	Visita institucional	Senhor Ministro da Economia e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida
	04/02/2026	Visita institucional	Senhor Ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes
	09/02/2026	Visita institucional	Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Pedro Proença
	10/02/2026	Reunião	Representante do Vaticano na Diocese de Leiria-Fátima
	11/02/2026	Reunião	Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes
	17/02/2026	Visita institucional	Senhor Comissário Europeu para a Agricultura e Alimentação, Christophe Hansen; Senhor Ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes
	20/02/2026	Receção	Federação Portuguesa de Futebol
	23/02/2026	Reunião	Senhor Presidente da Comissão Executiva do Banco Português de Fomento, Gonçalo Regalado

Tabela 6 - Relações interinstitucionais realizadas no âmbito da tempestade Kristin (fevereiro de 2026)

Fonte: Gabinete de Apoio à Presidência



Figura 27 - Visita institucional do Senhor Comissário Europeu para a Agricultura e Alimentação, e do Senhor Ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes.

Fonte: Informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Presidência



Figura 27 – Reunião com a presença da Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes.

Fonte: Informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Presidência



MARÇO	Data	Tipo	Entidade/Titular
	01/03/2026	Evento	Concerto solidário no Centro Cultural de Belém, com a presença da Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes
	03/03/2026	Visita institucional	Senhora Ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice
	06/03/2026	Visita institucional	Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre
	11/03/2026	Reunião	Senhor Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., António Benjamim Pereira
	12/03/2026	Audiência	Assembleia da República
	13/03/2026	Reunião	Senhora Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho; Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, Jean Barroca
	13/03/2026	Ofício	Envio de ofício à Estrutura de Missão “Reconstrução da Região Centro do País” com pedido de esclarecimentos sobre mecanismos de apoio e simplificação administrativa, visando designadamente: — Esclarecimento de dúvidas sobre os conceitos de reabilitação e reconstrução, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro; — Proposta de criação de um mecanismo único de reporte e prestação de contas abrangendo todas as entidades envolvidas; — Pedido de informação sobre os mecanismos de apoio aos municípios; — Sensibilização para a criação de mecanismos de apoio destinados à reparação ou substituição de veículos particulares danificados, sempre que os mesmos não se encontrem abrangidos por cobertura de seguro.
	17/03/2026	Reunião	Senhor Ministro da Administração Interna, Luís Neves; Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, Rui Rocha; Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, José Manuel Gomes; Senhor Diretor Nacional de Bombeiros, Albertino Ventura; Senhor Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil; Senhor Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, António Nunes; Senhor Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil do Centro da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; Senhor Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil, Carlos Guerra; Senhor Presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Leiria; Senhores Presidentes das Direções das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Distrito de Leiria.



18/03/2026	Reunião	Senhor Comandante do Regimento de Artilharia n.º 4, Coronel de Artilharia Ângelo Miguel Marques Simões
19/03/2026	Visita institucional	Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes
20/03/2026	Reunião	Senhor Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Hélder Mota Filipe
23/03/2026	Evento	Conferência “Leiria: Economia, Risco e Resiliência depois da Tempestade <i>Kristin</i> ”, com a participação do Senhor Governador do Banco de Portugal, Álvaro Santos Pereira
24/03/2026	Reunião	Senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Ribau Esteves
26/03/2026	Reunião	Senhor Secretário de Estado das Florestas, Rui Ladeira
30/03/2026	Visita Parlamentar	Comissão da Reforma do Estado e Poder Local da Assembleia da República

Tabela 7 - Relações interinstitucionais realizadas no âmbito da tempestade *Kristin* (março de 2026)

Fonte: Informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Presidência e pela Divisão de Auditoria e Gestão de Risco



Figura 28 – Reunião com Senhora Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho e Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, Jean Barroca.

Fonte: Informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Presidência



Figura 30 – Participação do Senhor Governador do Banco de Portugal, Álvaro Pereira na Conferência “Leiria: Economia, Risco e Resiliência depois da tempestade *Kristin*”.

Fonte: Informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Presidência



Figura 29 – Visita institucional da Senhora Ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice

Fonte: Informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Presidência



13. TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

No contexto da resposta municipal à tempestade *Kristin*, o Município de Leiria adotou um conjunto de medidas orientadas para o reforço da **transparência, rastreabilidade e escrutínio público** das ações desenvolvidas, assegurando o cumprimento dos princípios da legalidade, da boa administração e da prossecução do interesse público.

A estratégia de transparência assentou numa abordagem integrada, combinando mecanismos de **publicitação ativa, organização da informação e controlo interno**, conforme se detalha nos pontos seguintes.

Foi assegurada a divulgação regular de informação relevante, designadamente através de canais institucionais, permitindo dar conhecimento público das medidas adotadas e das intervenções realizadas.

Assim foram aprovadas as seguintes medidas de transparência:

- a) A elaboração de relatórios financeiros mensais, com informação sobre a despesa cabimentada, contratualizada e paga, sobre a receita auferida e sobre as candidaturas a programas de investimento. Os dados apresentados serão igualmente adaptados para formatos claros, acessíveis e interativos para publicitação nos canais institucionais (cfr. Despacho n.º 60/2026, de 19 de março);
- b) A elaboração de relatórios trimestrais de transparência (cfr. Despacho n.º 60/2026, de 19 de março);
- c) A integração, nos relatórios de atividades das Unidades Orgânicas, de um capítulo específico relativo às ações desenvolvidas no âmbito ou em decorrência direta da tempestade (cfr. Despacho n.º 60/2026, de 19 de março);
- d) A publicação mensal do registo central de contratação pública tempestade (cfr. Despacho n.º 60/2026, de 19 de março);
- e) O reforço da comunicação institucional relativamente aos principais trabalhos e atividades com impacto externo tempestade (cfr. Despacho n.º 60/2026, de 19 de março).

Em termos de comunicação pública foi criada, a 9 de fevereiro, uma área dedicada ao Reerguer Leiria no site do município, organizada em várias áreas de atuação:

- a) Estragos - identificação e acompanhamento dos danos registados no concelho;
- b) Habitação – informação e orientações para situações de habitações afetadas;
- c) Economia - apoio às empresas e atividades económicas impactadas;
- d) Associativismo - envolvimento das associações locais na resposta comunitária;
- e) Atendimento Social - encaminhamento e acompanhamento de situações de vulnerabilidade social;
- f) Cuidar das pessoas - respostas sociais, contactos úteis e apoio às populações.

Posteriormente viriam a ser adicionadas as áreas: “Gabinete Reerguer Leiria”, “Armazém Solidário” e “Transparência”. De igual forma, foram publicadas no site do Município, entre 28 de janeiro e 31 de março, **50 notas de imprensa** relacionadas com a tempestade *Kristin*.

Não obstante o exposto o Município de Leiria adotou, desde o início, uma estratégia de comunicação com o munícipe, visando a transmissão de informações relevantes no âmbito da tempestade *Kristin*.

Com o objetivo de sistematizar e avaliar a estratégia de comunicação pública adotada no contexto da resposta à tempestade *Kristin*, procedeu-se à classificação das **218 publicações institucionais**, diretamente relacionadas com a mesma e os fenómenos meteorológicos subsequentes, efetuadas na página do *Facebook* oficial do Município de Leiria.

Esta abordagem permite uma leitura estruturada da natureza da comunicação desenvolvida, evidenciando as áreas prioritárias de intervenção e o respetivo peso relativo no universo das publicações analisadas.

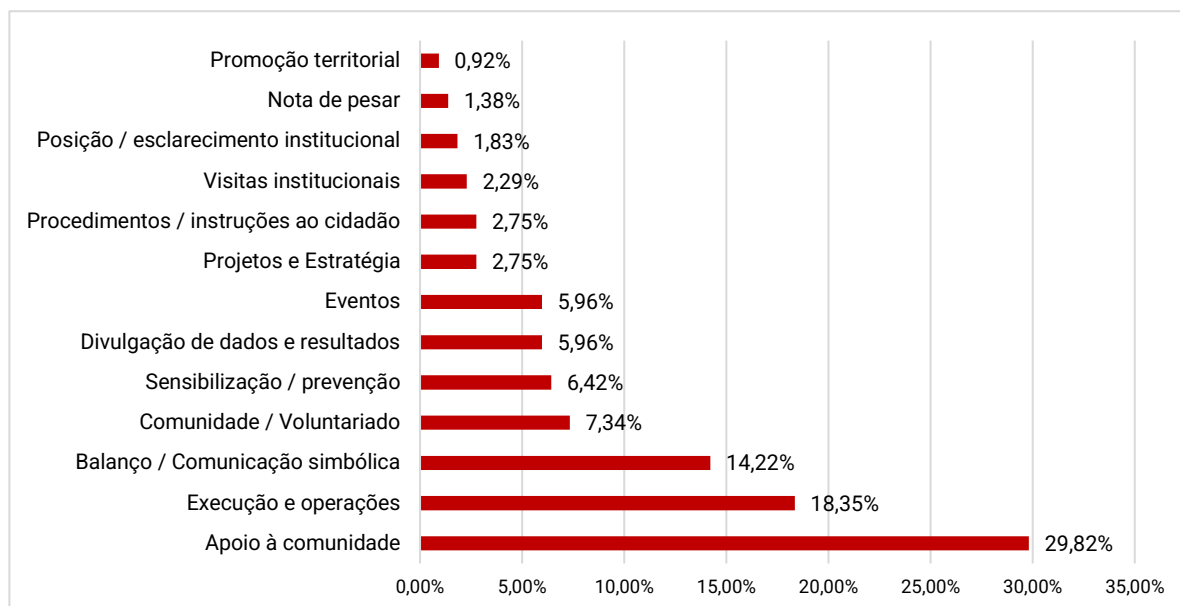


Figura 31 - Percentagem de publicações efetuadas na página de Facebook do Município de Leiria, com relação direta com a tempestade, classificadas segundo a sua finalidade comunicacional, no período entre 28 de janeiro e 31 de março.

Fonte: Facebook do Município de Leiria (agregado pela Divisão de Auditoria e Gestão de Risco)

A análise da distribuição da comunicação pública evidencia uma clara predominância de conteúdos orientados para o apoio direto à população, que representam 29,82% do total das publicações. Este dado revela uma forte orientação da comunicação municipal para a resposta imediata às necessidades dos cidadãos afetados.¹¹

Em segundo lugar, destacam-se as comunicações de natureza operacional (18,35%), centradas na execução de intervenções no território, funcionamento dos serviços e reposição de infraestruturas, refletindo a dimensão prática da resposta municipal.

A comunicação de caráter simbólico e de balanço institucional assume igualmente expressão relevante (14,22%), evidenciando a preocupação em enquadrar a atuação municipal, reforçar a coesão comunitária e valorizar o esforço coletivo.

Globalmente, a distribuição observada evidencia uma estratégia comunicacional fortemente orientada para a resposta à crise, privilegiando conteúdos de natureza prática e de apoio direto.

¹¹ Não foram consideradas outras plataformas digitais, designadamente o *Instagram*, por razões de natureza metodológica, associadas, nomeadamente:

- à predominância de conteúdos de natureza mais visual e menos descritiva, dificultando a sua classificação temática homogénea;
- e à ausência de uniformidade na replicação integral dos conteúdos face à página de *Facebook*.

**Anexo 1 – Detalhe da despesa acumulada relacionada com a tempestade *Kristin*, por rúbrica**

Rúbricas	Soma de Valor Cabimentado	Soma de Valor Adjudicado	Soma de Valor Pago Até Março
Ação Social	429 462,81 €	467 619,63 €	237 541,40 €
Fornecimento de refeições	8 178,01 €	- €	- €
<i>Mobile Home</i>	246 500,00 €	292 845,00 €	201 500,00 €
Operação Telhado Solidário	173 659,80 €	173 649,62 €	34 916,40 €
Serviços de alojamento	1 125,00 €	1 125,01 €	1 125,00 €
Ambiente	3 329 367,17 €	2 025 645,35 €	215 146,78 €
Aquisição de <i>bigbags</i>	2 214,00 €	2 214,00 €	- €
Equipamento de deposição de resíduos	57 423,46 €	57 423,45 €	- €
Recolha e encaminhamento de resíduos	2 493 122,81 €	1 189 401,00 €	215 146,78 €
Reparação ilhas urbanas	34 486,74 €	34 486,74 €	- €
Recolha e encaminhamento de resíduos (fornecimento contínuo)	728 959,06 €	728 959,06 €	- €
Reparação ilhas urbanas (fornecimento contínuo)	13 161,10 €	13 161,10 €	- €
Bombeiros e Proteção Civil	928 004,79 €	429 219,55 €	144 105,91 €
Demolição de edifícios	348 265,97 €	- €	- €
Equipamento básico	101 069,10 €	100 368,00 €	100 368,00 €
Ferramentas e Utensílios	16 471,55 €	17 179,24 €	13 742,91 €
Fornecimento de refeições	302 449,04 €	287 613,31 €	15 876,23 €
Serviços de alojamento	12 631,01 €	12 631,01 €	9 160,00 €
Serviços de lavandaria	5 832,88 €	- €	- €
Trabalhos de Limpeza e desobstrução de vias	135 523,86 €	5 666,61 €	- €
Serviços de Alojamento (fornecimento contínuo)	1 785,03 €	1 785,03 €	1 460,00 €
Fornecimento de refeições (fornecimento contínuo)	3 976,35 €	3 976,35 €	3 498,77 €
Combustíveis	200 265,22 €	185 057,01 €	153 666,25 €
Combustíveis	198 789,22 €	183 581,01 €	153 223,45 €
Gás	1 476,00 €	1 476,00 €	442,80 €
Edifícios Municipais ou sob a sua gestão	977 640,10 €	260 570,24 €	172 797,79 €
Aquisição de mobiliário	4 612,50 €	4 612,50 €	- €
Equipamento básico	31 292,18 €	6 073,91 €	- €
Fornecimento de lonas/manga	362 114,42 €	147 329,82 €	147 329,82 €
Locação de contentores/monoblocos /módulos	45 411,60 €	45 411,60 €	- €
Reparação edifícios municipais	488 636,07 €	11 569,08 €	829,64 €
Reparação Quartel dos Bombeiros Sapadores de Leiria	702,33 €	702,33 €	702,33 €



Reparação Rodoviária de Leiria	23 936,00 €	23 936,00 €	23 936,00 €
Reparações centros de saúde	20 935,00 €	20 935,00 €	- €
Escolas	2 671 246,37 €	1 363 012,01 €	339 366,57 €
Aquisição de mobiliário e equipamento escolar	67 637,82 €	67 637,82 €	63 231,37 €
Equipamento básico	6 150,00 €	6 150,00 €	6 150,00 €
Levantamento arquitetónico e topográfico	18 450,00 €	- €	- €
Locação de contentores/monoblocos /módulos	743 168,58 €	347 962,08 €	- €
Locação de tendas e estruturas	559 158,00 €	559 158,00 €	261 621,00 €
Reparação Escolas	1 221 331,97 €	382 104,11 €	8 364,20 €
Serviços de Consultoria	55 350,00 €	- €	- €
Espaços Verdes	3 097 765,29 €	3 063 535,04 €	18 874,95 €
Manutenção e Conservação de Espaços Verdes	70 627,81 €	64 256,96 €	- €
Trabalhos de Limpeza e desobstrução de vias	3 027 137,48 €	2 999 278,09 €	18 874,95 €
Limpeza e Higiene	11 065,07 €	11 065,07 €	- €
Limpeza e higiene (fornecimento contínuo)	11 065,07 €	11 065,07 €	- €
Locação de equipamentos	527 811,00 €	497 124,34 €	321 925,48 €
Locação de geradores	474 527,18 €	443 840,51 €	282 243,68 €
Locação de plataformas /camião grua	11 626,20 €	11 626,20 €	10 740,60 €
Locação de equipamentos (fornecimento contínuo)	41 657,62 €	41 657,62 €	28 941,20 €
Manutenção de espaços públicos	231 891,65 €	231 891,65 €	76 555,20 €
Apoio logístico	76 555,20 €	76 555,20 €	76 555,20 €
Manutenção corretiva de equipamentos	89 914,97 €	89 914,97 €	- €
Reparação de parques infantis	2 371,68 €	2 371,69 €	- €
Trabalhos especializados de eletricidade	63 049,80 €	63 049,80 €	- €
Mobilidade, Transportes e Trânsito	1 579 327,06 €	1 510 394,76 €	128 997,49 €
Abrigos para Passageiros	264 307,32 €	264 307,32 €	- €
Fornecimento de terminais e barreiras para parques	19 655,25 €	19 655,25 €	- €
Remoção, retificação e aplicação de sinalização de trânsito	926 949,54 €	858 017,24 €	128 997,49 €
Reparação CCTV	230 093,33 €	230 093,33 €	- €
Reparação de docas e bicicletas Biclis	10 819,82 €	10 819,82 €	- €
Reparação do sistema Leiria Smart City	127 501,80 €	127 501,80 €	- €
Outros	176 688,73 €	131 587,81 €	111 527,27 €
Apoio logístico	33 770,88 €	33 770,88 €	33 770,88 €
Desmontagem, acondicionamento e transporte das obras de arte	3 136,50 €	3 136,50 €	3 136,50 €
Equipamento de proteção individual	590,02 €	590,02 €	- €
Ferramentas e Utensílios	10 928,45 €	12 276,69 €	9 664,64 €



Formação	3 045,00 €	3 045,00 €	3 045,00 €
Fornecimento de refeições	491,50 €	730,34 €	148,00 €
Informática	28 674,04 €	20 546,54 €	16 528,80 €
Publicidade	76 469,10 €	37 908,60 €	29 003,40 €
Informática (fornecimento contínuo)	2 033,42 €	2 033,42 €	- €
Publicidade (fornecimento contínuo)	17 428,94 €	17 428,94 €	16 109,17 €
Ferramentas e Utensílios (fornecimento contínuo)	120,88 €	120,88 €	120,88 €
Vias e Taludes	459 260,86 €	112 637,83 €	- €
Reparação de vias	459 260,86 €	112 637,83 €	- €
Viaturas	3 116,89 €	3 116,90 €	1 581,83 €
Aluguer de viaturas	1 535,04 €	1 535,04 €	- €
Manutenção de viaturas	357,00 €	357,01 €	357,00 €
Fornecimento contínuo	1 224,85 €	1 224,85 €	1 224,83 €
Vigilância e Segurança	46 311,32 €	46 311,32 €	15 821,69 €
Vigilância e Segurança (fornecimento contínuo)	46 311,32 €	46 311,32 €	15 821,69 €
Total Geral	14 669 224,33 €	10 338 788,52 €	1 937 908,61 €



Anexo 2 – Modelo de governação e domínio da informação

A elaboração do relatório assentou na recolha, tratamento e consolidação de informação proveniente de múltiplas unidades orgânicas e sistemas de informação, num contexto caracterizado por elevada exigência operacional e pela necessidade de resposta célere à tempestade *Kristin*.

Neste âmbito, importa explicitar o modelo de governação da informação adotado, designadamente no que respeita à responsabilidade pela produção, validação e disponibilização dos dados constantes de cada capítulo.

1. Princípios gerais:

A gestão da informação subjacente ao presente relatório regeu-se pelos seguintes princípios:

- a) Responsabilidade das unidades orgânicas produtoras dos dados;
- b) Rastreabilidade da informação, assegurando a identificação da origem dos dados;
- c) Transparência e verificabilidade, permitindo o escrutínio interno e externo;
- d) Proporcionalidade, atendendo ao contexto de emergência.

2. O papel da Divisão de Auditoria e Gestão de Risco

No âmbito da elaboração do presente relatório, a Divisão de Auditoria e Gestão de Risco não se assumiu como entidade primária dos dados, competindo-lhe a:

- a) Consolidação e tratamento transversal da informação;
- b) Verificação de coerência e consistência dos dados;
- c) Estruturação analítica e narrativa do relatório;
- d) Identificação de limitações e condicionantes informacionais.

3. Modelo de responsabilidade da informação

A informação constante do presente relatório distribui-se pelas seguintes categorias, identificando-se, para cada uma, as entidades responsáveis pela produção, base de suporte, validação e, quando aplicável, tratamento da informação:

a) Dados financeiros:

- **Produção:** Departamento Financeiro;
- **Base:** Sistema contabilístico (SNC-AP);
- **Avaliado no contexto do relatório:** Relatório financeiro mensal do mês de março.

b) Dados de contratação pública:

- **Produção:** Departamento de Compras Públicas;
- **Base:** Registos de procedimentos / registo central *Kristin*;
- **Avaliado no contexto do relatório:** Registo central *Kristin* (excel).

c) Dados operacionais (Ação Social):

- **Produção:** Departamento de Coesão Social;
- **Base:** Bases de dados operacionais e registos de atendimento;
- **Avaliado no contexto do relatório:** Registo (excel) disponibilizado pelo Departamento de Coesão Social;

d) Dados de conservação e gestão operacional:



- **Produção:** Departamento de Conservação e Gestão Operacional;
- **Base:** Relatórios operacionais, registos de intervenção e informação técnica relativa às obras e reparações realizadas;
- **Avaliado no contexto do relatório:** Relatório de transparência, elaborado pelo Departamento de Conservação e Gestão Operacional.

e) Dados de habitação e candidaturas:

- **Produção:** Gabinete Reerguer Leiria;
- **Base:** Plataforma da CCDR e Sistema de Informação Geográfica (SIG);
- **Avaliado no contexto do relatório:** Exportação da *dashboard* SIG referente aos apoios à habitação, disponibilizada pelo Gabinete de Apoio à Vereação.

f) Dados de atendimento no Gabinete Reerguer Leiria

- **Produção:** Divisão Administrativa e de Modernização;
- **Base:** Registos de atendimento, com base nas senhas emitidas no sistema de gestão de filas;
- **Avaliado no contexto do relatório:** Registos de Atendimento disponibilizados pela Divisão Administrativa e de Modernização.

g) Dados de recursos humanos (afetos ao Gabinete Reerguer Leiria e análise de candidaturas):

- **Produção:** Gabinete Reerguer Leiria / Departamento de Modernização Administrativa e Gestão de Pessoas;
- **Base:** Registos internos de afetação de trabalhadores e informação de suporte à gestão de recursos humanos;
- **Avaliado no contexto do relatório:** Informação consolidada relativa à afetação de recursos humanos, disponibilizada pela Divisão Administrativa e de Modernização e pelo Gabinete Reerguer Leiria.

h) Dados patrimoniais e seguros

- **Produção:** Departamento Financeiro
- **Base:** Base de dados de ativos patrimoniais e relatórios de peritagem;
- **Avaliado no contexto do relatório:** Relatório de acompanhamento dos danos e do processo de indemnização no âmbito da apólice multirriscos – Tempestade “*Kristin*”, elaborado pelo Departamento Financeiro.

i) Dados de comunicação e transparência

- **Produção:** Divisão de Comunicação e Relações Públicas;
- **Base:** conteúdos institucionais e plataformas digitais;
- **Avaliado no contexto do relatório:** site municipal e página do *Facebook* do Município de Leiria.

j) Dados de relações interinstitucionais

- **Produção:** Gabinete de Apoio à Presidência;
- **Base:** Registos institucionais de visitas, reuniões e articulação com entidades externas;
- **Avaliado no contexto do relatório:** Lista de visitas e reuniões (e respetivos registos fotográfico) remetidos pelo Gabinete de Apoio à Presidência.